

caderno do
PROFESSOR

FILOSOFIA



ensino médio
3^a SÉRIE
volume 2 - 2009



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador
José Serra

Vice-Governador
Alberto Goldman

Secretário da Educação
Paulo Renato Souza

Secretário-Adjunto
Guilherme Bueno de Camargo

Chefe de Gabinete
Fernando Padula

Coordenadora de Estudos e Normas
Pedagógicas
Valéria de Souza

Coordenador de Ensino da Região
Metropolitana da Grande São Paulo
José Benedito de Oliveira

Coordenador de Ensino do Interior
Rubens Antonio Mandetta

Presidente da Fundação para o
Desenvolvimento da Educação – FDE
Fábio Bonini Simões de Lima

EXECUÇÃO

Coordenação Geral
Maria Inês Fini

Concepção
Guiomar Namó de Mello
Lino de Macedo
Luis Carlos de Menezes
Maria Inês Fini
Ruy Berger

GESTÃO

Fundação Carlos Alberto Vanzolini

Presidente do Conselho Curador:
Antonio Rafael Namur Muscat

Presidente da Diretoria Executiva:
Mauro Zilbovicius

Diretor de Gestão de Tecnologias
aplicadas à Educação:
Guilherme Ary Plonski

Coordenadoras Executivas de Projetos:
Beatriz Scavazza e Angela Sprenger

COORDENAÇÃO TÉCNICA

CENP – Coordenadoria de Estudos e Normas
Pedagógicas

Coordenação do Desenvolvimento dos Conteúdos Programáticos e dos Cadernos dos Professores

Ghisleine Trigo Silveira

AUTORES

Ciências Humanas e suas Tecnologias

Filosofia: Paulo Miceli, Luiza Christov, Adilton
Luis Martins e Renê José Trentin Silveira

Geografia: Angela Corrêa da Silva, Jaime
Tadeu Oliva, Raul Borges Guimarães, Regina
Araujo, Regina Célia Bega dos Santos e
Sérgio Adas

História: Paulo Miceli, Diego López Silva,
Glaydson José da Silva, Mônica Lungov Bugelli e
Raquel dos Santos Funari

Sociologia: Heloisa Helena Teixeira de Souza
Martins, Marcelo Santos Masset Lacombe,
Melissa de Mattos Pimenta e Stella Christina
Schrijnemaekers

Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Biologia: Ghisleine Trigo Silveira, Fabíola Bovo
Mendonça, Felipe Bandoni de Oliveira, Lucilene
Aparecida Esperante Limp, Maria Augusta
Querubim Rodrigues Pereira, Olga Aguiar
Santana, Paulo Roberto da Cunha, Rodrigo
Venturoso Mendes da Silveira e Solange Soares
de Camargo

Ciências: Ghisleine Trigo Silveira, Cristina
Leite, João Carlos Miguel Tomaz Micheletti Neto,
Julio César Foschini Lisbôa, Lucilene Aparecida
Esperante Limp, Maira Batistoni e Silva, Maria
Augusta Querubim Rodrigues Pereira, Paulo
Rogério Miranda Correia, Renata Alves Ribeiro,
Ricardo Rechi Aguiar, Rosana dos Santos Jordão,
Simone Jaconetti Ydi e Yassuko Hosoume

Física: Luis Carlos de Menezes, Sonia Salem,
Estevam Rouxinol, Guilherme Brockington, Ivã
Gurgel, Luis Paulo de Carvalho Piassi, Marcelo de
Carvalho Bonetti, Maurício Pietrocola Pinto de
Oliveira, Maxwell Roger da Purificação Siqueira e
Yassuko Hosoume

Química: Denilse Morais Zambom, Fabio
Luiz de Souza, Hebe Ribeiro da Cruz Peixoto,
Isis Valença de Sousa Santos, Luciane Hiromi
Akahoshi, Maria Eunice Ribeiro Marcondes,
Maria Fernanda Penteado Lamas e Yvone
Mussa Esperidião

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias

Arte: Geraldo de Oliveira Suzigan, Gisa Picosque,
Jéssica Mami Makino, Mirian Celeste Martins e
Sayonara Pereira

Educação Física: Adalberto dos Santos Souza,
Carla de Meira Leite, Jocimar Daolio, Luciana
Venâncio, Luiz Sanches Neto, Mauro Betti, Renata
Elsa Stark e Sérgio Roberto Silveira

LEM – Inglês: Adriana Ranelli Weigel Borges, Alzira
da Silva Shimoura, Lívia de Araújo Donnini Rodrigues,
Priscila Mayumi Hayama e Sueli Salles Fidalgo

Língua Portuguesa: Alice Vieira, Débora Mallet
Pezarim de Angelo, Eliane Aparecida de Aguiar,
José Luís Marques López Landeira e João Henrique
Nogueira Mateos

Matemática

Matemática: Nilson José Machado, Carlos
Eduardo de Souza Campos Granja, José Luiz Pastore
Mello, Roberto Perides Moisés, Rogério Ferreira da
Fonseca, Ruy César Pietropaolo e Walter Spinelli

Caderno do Gestor

Lino de Macedo, Maria Eliza Fini e Zuleika de Felice
Murrie

Equipe de Produção

Coordenação Executiva: Beatriz Scavazza

Assessores: Alex Barros, Antonio Carlos Carvalho,
Beatriz Blay, Eliane Yambanis, Heloisa Amaral Dias
de Oliveira, José Carlos Augusto, Luiza Christov,
Maria Eloisa Pires Tavares, Paulo Eduardo Mendes,
Paulo Roberto da Cunha, Pepita Prata, Ruy César
Pietropaolo, Solange Wagner Locatelli e Vanessa
Dias Moretti

Equipe Editorial

Coordenação Executiva: Angela Sprenger

Assessores: Denise Blanes e Luis Márcio Barbosa

Projeto Editorial: Zuleika de Felice Murrie

Edição e Produção Editorial: Conexão Editorial,
Buscato Informação Corporativa, Verba Editorial
Occy Design (projeto gráfico)

APOIO

FDE – Fundação para o Desenvolvimento da
Educação

CTP, Impressão e Acabamento

Esdeva Indústria Gráfica

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo autoriza a reprodução do conteúdo do material de sua titularidade pelas demais secretarias de educação do país, desde que mantida a integridade da obra e dos créditos, ressaltando que direitos autorais protegidos* deverão ser diretamente negociados com seus próprios titulares, sob pena de infração aos artigos da Lei nº 9.610/98.

* Constituem "direitos autorais protegidos" todas e quaisquer obras de terceiros reproduzidas no material da SEE-SP que não estejam em domínio público nos termos do artigo 41 da Lei de Direitos Autorais.

Catálogo na Fonte: Centro de Referência em Educação Mario Covas

S239c São Paulo (Estado) Secretaria da Educação.
Caderno do professor: filosofia, ensino médio - 3ª série, volume 2 /
Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; equipe, Adilton
Luis Martins, Luiza Christov, Paulo Miceli, Renê José Trentin Silveira. – São
Paulo : SEE, 2009.

ISBN 978-85-7849-260-1

1. Filosofia 2. Ensino Médio 3. Estudo e ensino I. Fini, Maria Inês. II. Martins,
Adilton Luis. III. Christov, Luiza. IV. Miceli, Paulo. V. Silveira, Renê José Trentin.
VI. Título.

CDU: 373.5:101

Prezado(a) professor(a),

Vinte e cinco anos depois de haver aceito o convite do nosso saudoso e querido Governador Franco Montoro para gerir a Educação no Estado de São Paulo, novamente assumo a nossa Secretaria da Educação, convocado agora pelo Governador José Serra. Apesar da notória mudança na cor dos cabelos, que os vinte e cinco anos não negam, o que permanece imutável é o meu entusiasmo para abraçar novamente a causa da Educação no Estado de São Paulo. Entusiasmo alicerçado na visão de que a Educação é o único caminho para construirmos um país melhor e mais justo, com oportunidades para todos, e na convicção de que é possível realizar grandes mudanças nesta área a partir da ação do poder público.

Nos anos 1980, o nosso maior desafio era criar oportunidades de educação para todas as crianças. No período, tivemos de construir uma escola nova por dia, uma sala de aula a cada três horas para dar conta da demanda. Aliás, até recentemente, todas as políticas recomendadas para melhorar a qualidade do ensino concentravam-se nas condições de ensino, com a expectativa de que viessem a produzir os efeitos desejados na aprendizagem dos alunos. No Brasil e em São Paulo, em particular, apesar de não termos atingido as condições ideais em relação aos meios para desenvolvermos um bom ensino, o fato é que estamos melhor do que há dez ou doze anos em todos esses quesitos. Entretanto, os indicadores de desempenho dos alunos não têm evoluído na mesma proporção.

O grande desafio que hoje enfrentamos é justamente esse: melhorar a qualidade de nossa educação pública medida pelos indicadores de proficiência dos alunos. Não estamos sós neste particular. A maioria dos países, inclusive os mais desenvolvidos, estão lidando com o mesmo tipo de situação. O Presidente Barack Obama, dos Estados Unidos, dedicou um dos seus primeiros discursos após a posse para destacar exatamente esse mesmo desafio em relação à educação pública em seu país.

Melhorar esses indicadores, porém, não é tarefa de presidentes, governadores ou secretários. É dos professores em sala de aula no trabalho diário com os seus alunos. Este material que hoje lhe oferecemos busca ajudá-lo nesta sua missão. Foi elaborado com a ajuda de especialistas e está organizado em bimestres. O Caderno do Professor oferece orientação completa para o desenvolvimento das Situações de Aprendizagem propostas para cada disciplina.

Espero que este material lhe seja útil e que você leve em consideração as orientações didático-pedagógicas aqui contidas. Estaremos atentos e prontos para esclarecer suas dúvidas e acatar suas sugestões para melhorar a eficácia deste trabalho.

Alcançarmos melhores indicadores de qualidade em nosso ensino é uma questão de honra para todos nós. Juntos, haveremos de conduzir nossas crianças e jovens a um mundo de melhores oportunidades por meio da educação.

Paulo Renato Souza

Secretário da Educação do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

São Paulo faz escola – Uma Proposta Curricular para o Estado	5
Ficha do Caderno	7
Orientação sobre os conteúdos do bimestre	8
Tema 1 – Origem e caracterização do discurso filosófico	9
Situação de Aprendizagem 1 – Filosofia e religião	9
Tema 2 – Introdução ao ser político	15
Situação de Aprendizagem 2 – O homem como ser político	15
Tema 3 – A concepção platônica da desigualdade em <i>A República</i>	21
Situação de Aprendizagem 3 – Platão e a justa desigualdade	21
Tema 4 – A desigualdade segundo Rousseau no <i>Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens</i>	34
Situação de Aprendizagem 4 – A desigualdade segundo Rousseau	34
Recursos para ampliar a perspectiva do professor e do aluno para a compreensão dos temas	46

SÃO PAULO FAZ ESCOLA – UMA PROPOSTA CURRICULAR PARA O ESTADO

Prezado(a) professor(a),

É com muita satisfação que apresento a todos a versão revista dos Cadernos do Professor, parte integrante da Proposta Curricular de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental – Ciclo II e do Ensino Médio do Estado de São Paulo. Esta nova versão também tem a sua autoria, uma vez que inclui suas sugestões e críticas, apresentadas durante a primeira fase de implantação da proposta.

Os Cadernos foram lidos, analisados e aplicados, e a nova versão tem agora a medida das práticas de nossas salas de aula. Sabemos que o material causou excelente impacto na Rede Estadual de Ensino como um todo. Não houve discriminação. Críticas e sugestões surgiram, mas em nenhum momento se considerou que os Cadernos não deveriam ser produzidos. Ao contrário, as indicações vieram no sentido de aperfeiçoá-los.

A Proposta Curricular não foi comunicada como dogma ou aceite sem restrição. Foi vivida nos Cadernos do Professor e compreendida como um texto repleto de significados, mas em construção. Isso provocou ajustes que incorporaram as práticas e consideraram os problemas da implantação, por meio de um intenso diálogo sobre o que estava sendo proposto.

Os Cadernos dialogaram com seu público-alvo e geraram indicações preciosas para o processo de ensino-aprendizagem nas escolas e para a Secretaria, que gerencia esse processo.

Esta nova versão considera o “tempo de discussão”, fundamental à implantação da Proposta Curricular. Esse “tempo” foi compreendido como um momento único, gerador de novos significados e de mudanças de ideias e atitudes.

Os ajustes nos Cadernos levaram em conta o apoio a movimentos inovadores, no contexto das escolas, apostando na possibilidade de desenvolvimento da autonomia escolar, com indicações permanentes sobre a avaliação dos critérios de qualidade da aprendizagem e de seus resultados.

Sempre é oportuno lembrar que os Cadernos espelharam-se, de forma objetiva, na Proposta Curricular, referência comum a todas as escolas da Rede Estadual, revelando uma maneira inédita de relacionar teoria e prática e integrando as disciplinas e as séries em um projeto interdisciplinar por meio de um enfoque filosófico de Educação que definiu conteúdos, competências e habilidades, metodologias, avaliação e recursos didáticos.

Esta nova versão dá continuidade ao projeto político-educacional do Governo de São Paulo, para cumprir as 10 metas do Plano Estadual de Educação, e faz parte das ações propostas para a construção de uma escola melhor.

O uso dos Cadernos em sala de aula foi um sucesso! Estão de parabéns todos os que acreditaram na possibilidade de mudar os rumos da escola pública, transformando-a em um espaço, por excelência, de aprendizagem. O objetivo dos Cadernos sempre será apoiar os professores em suas práticas de sala de aula. Posso dizer que esse objetivo foi alcançado, porque os docentes da Rede Pública do Estado de São Paulo fizeram dos Cadernos um instrumento pedagógico com vida e resultados.

Conto mais uma vez com o entusiasmo e a dedicação de todos os professores, para que possamos marcar a História da Educação do Estado de São Paulo como sendo este um período em que buscamos e conseguimos, com sucesso, reverter o estigma que pesou sobre a escola pública nos últimos anos e oferecer educação básica de qualidade a todas as crianças e jovens de nossa Rede. Para nós, da Secretaria, já é possível antever esse sucesso, que também é de vocês.

Bom ano letivo de trabalho a todos!

Maria Inês Fini

Coordenadora Geral
Projeto São Paulo Faz Escola

FICHA DO CADERNO

O homem como ser político

Nome da disciplina:	Filosofia
Área:	Ciências Humanas e suas Tecnologias
Etapa da educação básica:	Ensino Médio
Série:	3 ^a
Período letivo:	2 ^o bimestre de 2009
Temas e conteúdos:	Filosofia e religião O homem político Desigualdade e igualdade

ORIENTAÇÃO SOBRE OS CONTEÚDOS DO BIMESTRE

Caro Professor,

Este Caderno foi elaborado para o desenvolvimento de uma carga horária de duas horas/aula por semana, completando 16 horas/aula no bimestre. Para o currículo do Ensino Médio, previsto para o desenvolvimento de 1 hora/aula por semana, os professores poderão adequar seu planejamento, selecionando as atividades em cada uma das Situações de Aprendizagem, de acordo com as condições de sua turma e de sua escola. Preservados os objetivos educacionais da Proposta Curricular, conteúdos e competências podem ser planejados tendo em vista o tempo, as condições cognitivas e os recursos materiais de cada unidade escolar.

Neste 2º volume, que corresponde ao trabalho a ser realizado no 2º bimestre, o Caderno do Professor apresenta uma continuidade da reflexão sobre o discurso filosófico, pensando-o em comparação com

o discurso mitológico. Sem a intenção de construir uma distinção definitiva e exaustiva, o objetivo é favorecer a compreensão dos estudantes sobre diferentes modos de pensar e de dizer o mundo por meio da leitura de discursos diversos.

No caso deste Caderno, apresentam-se, também, oportunidades nas quais os filósofos servem-se de textos mitológicos para a construção de argumentos filosóficos.

Outro conteúdo relevante do bimestre consiste em abordar o ser humano por sua capacidade de fazer política.

Temas como poder, justiça, igualdade e desigualdade são analisados na perspectiva de um ensino de Filosofia capaz de elucidar as representações dos alunos sobre tais temas e as contribuições dos filósofos para ampliar a compreensão sobre conteúdos diretamente relacionados com o exercício da cidadania.

TEMA 1 – ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO DISCURSO FILOSÓFICO

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 1 FILOSOFIA E RELIGIÃO

Nesta Situação de Aprendizagem, aprofunda-se a compreensão sobre as características do discurso filosófico, com destaque para a relação entre Filosofia e Mitologia ou ainda Filosofia e Religião. Com a ajuda de historiadores da Filosofia, contextualiza-se a origem

da Filosofia como processo em diálogo e não em ruptura com a mitologia. A partir da reflexão sobre a experiência dos alunos com os dois discursos, amplia-se a possibilidade de desafiá-los a pensar aproximações e distanciamentos entre Filosofia e narrativa mitológica.

Tempo previsto: 4 aulas.

Conteúdos e temas: Filosofia e Mitologia; Filosofia e Religião.

Competências e habilidades: relacionar informações, representadas de diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em diferentes situações para construir argumentação consistente (Enem); identificar marcas do discurso filosófico e do discurso mitológico; ler, compreender e interpretar textos teóricos e filosóficos; expressar-se por escrito e oralmente de forma sistemática; elaborar hipóteses e questões a partir das leituras e dos debates realizados.

Estratégias: levantamento de hipóteses sobre aproximações e diferenças entre Filosofia e Religião; leitura sistemática e problematizadora de textos e elaboração escrita do próprio pensamento; pesquisa bibliográfica e na internet.

Recursos: Caderno do Aluno, de Filosofia; acesso à internet e bibliografia complementar.

Avaliação: sugerimos que sejam avaliados a capacidade de os alunos criarem e expressarem hipóteses sobre os temas apresentados pelo professor e o envolvimento dos alunos nas atividades propostas. Como instrumentos de avaliação, recomendamos sínteses escritas individuais e coletivas, verificação das atividades do Caderno do Aluno e outros trabalhos que o professor julgar adequados e pertinentes.

Sondagem e sensibilização

Para iniciar as reflexões desta Situação de Aprendizagem, propõe-se uma sondagem a partir de acontecimento destacado do noticiário jornalístico brasileiro em 2006. Organizados em grupos, os alunos devem criar hipóteses sobre possíveis comentários de um

filósofo e de um **religioso** a respeito do acontecimento apresentado a seguir.

Em 29 de setembro de 2006, um *Boeing* da companhia aérea Gol foi atingido em pleno voo por outro avião bem menor, modelo

Legacy. Os ocupantes do *Legacy* nada sofreram e a queda do *Boeing* da Gol provocou a morte de 154 pessoas.

No Caderno do Aluno, há um quadro reservado para o registro dos comentários hipotéticos de cada grupo. É importante a orientação para que os alunos registrem individualmente a elaboração comum ao grupo, de forma que todos possam ter no Caderno os referidos comentários.

O objetivo desta sondagem é verificar as representações elaboradas pelos alunos a respeito das características do discurso filosófico e as características do discurso religioso. O diálogo sobre as diferenças entre os dois discursos servirá como introdução para o aprofundamento da natureza da filosofia, já iniciado na 1ª e na 2ª séries do Ensino Médio e retomado no 1º bimestre desta 3ª série. Os Cadernos das séries anteriores e os textos do 1º bimestre oferecem subsídios para os alunos caracterizarem a reflexão filosófica.

Com base nas hipóteses dos alunos, você poderá destacar aspectos que predominam em cada comentário, orientando-os a justificar suas afirmações e associações à Filosofia ou à Religião. O esforço de justificar as próprias respostas é importante para o exercício da reflexão.

Discurso filosófico e discurso religioso: aproximações e diferenças

No 1º bimestre, vimos que a Filosofia é um campo que sofreu e sofre preconceitos. A Religião, por sua vez, também é um tema esquecido na trajetória escolar de muitas pessoas. Esse esquecimento é evidenciado, sobretudo, no Ensino Superior. Raras são as oportunidades escolares de conhecer e compreender melhor as diferentes religiões: suas origens, histórias, valores, compromissos. Raras são as oportunidades escolares de construir uma atitude filosófica

com relação à religião. Neste texto, vamos pensar as possibilidades de relacionamento entre Filosofia e Religião, com base no pressuposto de que ambas representam uma elaboração de extrema importância para a humanidade, sem valorizar uma mais do que a outra.

Vamos considerar e rever algumas ideias correntes sobre a relação entre Religião e Filosofia:

- ▶ a Filosofia como ruptura com a Religião;
- ▶ a Filosofia como forma de pensamento superior ao pensamento religioso;
- ▶ a Filosofia surge na Grécia em oposição ao pensamento mitológico;
- ▶ a Filosofia como explicação do mundo diferente da explicação do mundo elaborada pela Religião.

O primeiro esforço para pensar as relações entre a Filosofia e a Religião conduz à questão sobre a origem da Filosofia. É bastante divulgada a ideia de que o modo de pensar, que hoje identificamos como próprio da Filosofia, tem origem na Grécia antiga, no final do século VII a.C. e início do século VI a.C. Atribui-se a Pitágoras (570 a.C. - 496 a.C.) o emprego da palavra “filosofia” pela primeira vez, unindo dois termos: *philia* ou *philos* (amizade) e *Sophia* ou *sophos* (saber), o que resultou em uma palavra que expressa amor pela sabedoria. Esse modo de pensar teria surgido com a necessidade de se responder a questões sobre o mundo natural e sobre os homens que não haviam sido respondidas pelo pensamento mitológico dos sacerdotes e poetas. Uma dessas questões seria: Qual é a substância essencial, mais elementar, que compõe os seres do mundo físico, da natureza material? Qual é o elemento que unifica todos os seres?

O segundo esforço para pensar as relações entre a Filosofia e a Religião é justamente o de distinguir perguntas e respostas próprias a cada um desses modos de pensar.

Sobre a origem da Filosofia como necessidade de se criar uma forma de pensamento que pudesse melhor explicar o mundo, deve-se considerar que egípcios, mesopotâmios, hindus e chineses, ou seja, as chamadas civilizações orientais, também criaram filosofias em períodos concomitantes ou anteriores aos primeiros filósofos gregos. Historiadores como Abel Rey – pesquisador português contemporâneo – defendem a ideia de que não se pode afirmar que a origem da Filosofia situa-se exclusivamente na Grécia porque os próprios gregos exaltaram a sabedoria oriental. Dessa forma, o ideal é perguntarmos pela origem da Filosofia tanto no campo do pensamento oriental como no campo do pensamento ocidental.

Historiadores da Filosofia, entre os quais destacamos Werner Jaeger, defendem ainda que a Filosofia não surge em contraposição e como algo absolutamente diferente dos mitos, mas sim a partir destes, a partir de temas e preocupações predominantes no discurso religioso e nos mitos registrados em poemas como a *Iliada* e a *Odisseia*, de Homero, e nos poemas de Hesíodo, por exemplo. Os historiadores destacam vários aspectos que são comuns a ambos: preocupação dos poetas em apresentar causas e motivos das ações; esforço para descrever os fatos em uma abrangência que abarca deuses, homens, terra, céu, guerra, paz, bem e mal e a preocupação dos poetas em construir narrativas para ensinar a justiça como virtude fundamental. O mito, assim, já contemplaria a estrutura de apresentação dos fatos e os temas

valorizados pela Filosofia. Se a Filosofia não é uma inovação que rompe radicalmente com o discurso próprio dos mitos, dos poemas e da religião, deve-se perguntar, então, *qual é a sua novidade, qual é a sua diferença?*

A atividade proposta a seguir tem o objetivo de ajudar os alunos a pensar as diferenças entre um discurso e outro. Para tanto, no Caderno do Aluno, constam dois textos: um trecho da introdução da *Crítica da Razão Pura* de Immanuel Kant (1724-1804) e uma transcrição de nossa autoria do mito denominado Eros e Psiquê, narrado pela primeira vez por um escritor romano chamado Lucius Apuleius (125-164 d.C.).

Proponha que os alunos façam uma leitura silenciosa de cada um dos textos. Depois, pode-se iniciar a identificação das diferenças entre eles. Algumas perguntas podem ajudar nessa direção:

1. Qual é o objetivo de cada texto ou qual é o assunto tratado em cada um?
2. De que forma a mensagem principal e as demais mensagens são apresentadas em cada um dos textos?
3. Quais elementos comparecem em apenas um dos textos?

A partir das hipóteses apresentadas pelos alunos, é possível construir um quadro na lousa com as descobertas sobre as diferenças.

Crítica da razão pura de Immanuel Kant

Introdução

“I — Da distinção entre o conhecimento puro e o empírico

Não se pode duvidar de que todos os nossos conhecimentos começam com a experiência, porque, com efeito, como haveria de exercitar-se a faculdade de se conhecer, se não fosse pelos objetos que, excitando os nossos sentidos, de uma parte, produzem por si mesmos representações, e de outra parte, impulsionam

a nossa inteligência a compará-los entre si, a reuni-los ou separá-los, e deste modo à elaboração da matéria informe das impressões sensíveis para esse conhecimento das coisas que se denomina experiência?

No tempo, pois, nenhum conhecimento precede a experiência, todos começam por ela. Mas se é verdade que os conhecimentos derivam da experiência, alguns há, no entanto, que não têm essa origem exclusiva, pois poderemos admitir que o nosso conhecimento empírico seja um composto daquilo que recebemos das impressões e daquilo que a nossa faculdade cognoscitiva lhe adiciona (estimulada somente pelas impressões dos sentidos); aditamento que propriamente não distinguimos senão mediante uma longa prática que nos habilite a separar esses dois elementos.

Surge desse modo uma questão que não se pode resolver à primeira vista: será possível um conhecimento independente da experiência e das impressões dos sentidos? Tais conhecimentos são denominados *a priori*, e distintos dos empíricos, cuja origem é *a posteriori*, isto é, da experiência.

Aquela expressão, no entanto, não abrange todo o significado da questão proposta, porquanto há conhecimentos que derivam indiretamente da experiência, isto é, de uma regra geral obtida pela experiência, e que no entanto não podem ser tachados de conhecimentos *a priori*.

Assim, se alguém escava os alicerces de uma casa, *a priori* poderá esperar que ela desabe, sem precisar observar a experiência da sua queda, pois, praticamente, já sabe que todo corpo abandonado no ar sem sustentação cai ao impulso da gravidade. Assim esse conhecimento é nitidamente empírico.

Consideraremos, portanto, conhecimento *a priori*, todo aquele que seja adquirido independentemente de qualquer experiência. A ele se opõem os empíricos, isto é, àqueles que só o são *a posteriori*, quer dizer, por meio da experiência.

Entenderemos, pois, daqui por diante, por conhecimento *a priori*, todos aqueles que são absolutamente independentes da experiência; eles são opostos aos empíricos, isto é, àqueles que só são possíveis mediante a experiência.

Os conhecimentos *a priori* ainda podem dividir-se em puros e impuros. Denomina-se conhecimento *a priori* puro ao que carece completamente de qualquer empirismo.

Assim, p. ex., ‘toda mudança tem uma causa’ é um princípio *a priori*, mas impuro, porque o conceito de mudança só pode formar-se extraído da experiência.”

Tradução J. Rodrigues de Merege. Créditos de digitalização: Membros dos grupos de discussão Acrópolis (Filosofia): <<http://br.egroups.com/group/acropolis>>. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2246>. Acesso em: 13 jan. 2009.

Eros e Psiquê

Era uma vez um rei que tinha três filhas. A mais nova, de nome Psiquê, destacava-se por sua beleza. Dizia-se até que Afrodite – a deusa da beleza – não era tão bonita quanto Psiquê, cujo nome em grego antigo significa alma.

Os homens deixaram de cultuar a deusa Afrodite para adorar Psiquê.

Afrodite ofende-se com esta situação e pede a seu filho Eros, o deus do Amor, para preparar uma vingança. Ele ficou tão maravilhado ao ver Psiquê que não conseguiu cumprir a ordem da mãe. Enquanto Eros sofria por não conseguir atender ao pedido de sua mãe, Psiquê sem saber das intenções de Afrodite, esperava encontrar um marido. Seu pai consultou o oráculo de Apolo para ajudar

Psiquê a encontrar seu marido. Eros também consultou o oráculo para conseguir realizar o pedido de sua mãe.

Orientado pelo oráculo, o rei levou Psiquê para o alto de uma montanha na qual encontraria um monstro disposto a se casar com ela.

Também orientado pelo oráculo, Eros dirigiu-se para a mesma montanha na qual deveria se casar com Psiquê, sem permitir que ela visse seu rosto e fazendo-se passar por um monstro.

Embora Psiquê não o visse, tinha certeza de que não se tratava de nenhum monstro horroroso. A partir de então sua vida ficou assim: luxo, solidão e vozes que faziam suas vontades durante o dia e, à noite, a voz de seu amor. Mas a proibição de ver o rosto do marido a intrigava. E a inquietação aumentou mais ainda quando o misterioso companheiro avisou que ela não deveria encontrar sua família nunca mais, pois se assim fosse coisas terríveis começariam a acontecer. Ela não se conformou com isso e, na noite seguinte, implorou a permissão para ver pelo menos as irmãs. Contrariado, mas com pena da esposa, ele acabou concordando. Assim, durante o dia, quando ele estava longe, as irmãs foram trazidas da montanha pela brisa e comeram um banquete no palácio. Como temia Eros, a alegria que as duas sentiram pelo reencontro logo se transformou em inveja e elas voltaram para casa pensando em um jeito de acabar com a sorte da irmã. Nessa mesma noite, no palácio, aconteceu uma discussão. O marido pediu para Psiquê não receber mais a visita das irmãs e ela, que não tinha percebido seus olhares maldosos, se rebelou. Além de estar proibida de ver o seu rosto ele agora queria impedi-la de ver até mesmo as irmãs? Novamente, ele acabou cedendo e no dia seguinte as pérfidas foram convidadas para ir ao palácio de novo. Mas dessa vez elas apareceram com um plano já arquitetado. Elas a convenceram de que o marido só podia ser um monstro e aconselharam Psiquê a matá-lo. À noite ela teria que esconder uma faca e uma lamparina de óleo ao lado da cama para matá-lo durante o sono. Psiquê caiu na armadilha. E, quando acendeu a lamparina, viu que estava ao lado do próprio Eros, o deus do amor, a figura masculina mais bonita que havia existido. Ela estremeceu, a faca escorregou da sua mão, a lamparina entornou e uma gota de óleo fervente caiu no ombro dele, que despertou, sentiu-se traído, virou as costas, e foi embora dizendo: “Não há amor onde não há confiança”. Psiquê ficou desesperada e resolveu empregar todas as suas forças para recuperar o amor de Eros, que se encontrava na casa da mãe recuperando-se do ferimento no ombro. Psiquê pedia aos deuses para acalmar a fúria de Afrodite, sem obter resultado. Resolveu se oferecer à sogra como serva, dizendo que faria qualquer coisa por Eros. Ao ouvir isso, Afrodite gargalhou e respondeu que, para recuperar o amor dele, ela teria que passar por uma prova. Em seguida, pegou uma grande quantidade de trigo, milho, papoula e muitos outros grãos e os misturou. Até o fim do dia, Psiquê teria que separar tudo aquilo. Era uma tarefa impossível e ela já estava convencida de seu fracasso, quando centenas de formigas resolveram ajudá-la e fizeram todo o trabalho. Surpresa e nervosa por ver aquela tarefa cumprida, a deusa fez um pedido ainda mais difícil: queria que Psiquê trouxesse um pouco de lã de ouro de umas ovelhas ferozes. Percebendo que seria trucidada, ela já estava pensando em se afogar no rio quando foi aconselhada por um caniço (uma planta parecida com um bambu) a esperar o sol se pôr e as ovelhas partirem para recolher a lã que ficasse presa nos arbustos. Deu certo, mas no dia seguinte uma nova missão a esperava. Agora Psiquê teria que recolher em um jarro de cristal um pouco da água negra que saía de uma nascente que ficava no alto de uns penhascos. Com o jarro na mão, ela caminhou em direção aos rochedos, mas logo se deu conta de que escalar aquilo seria o seu fim. Mais uma vez, conseguiu uma ajuda inesperada: uma águia apareceu, tirou o jarro de suas mãos e logo voltou com ele bem cheio de água negra. No entanto, a pior tarefa ainda estava por vir. Afrodite dessa vez pediu a Psiquê que fosse até o inferno e trouxesse para ela uma caixinha com a beleza imortal. Desta vez, uma torre lhe deu

orientações de como deveria agir, e, assim, ela conseguiu trazer a encomenda. Tudo já estava próximo do fim quando foi dominada pela tentação de pegar um pouco da beleza imortal para tornar-se mais encantadora para Eros. Ela abriu a caixa e dali saiu um sono profundo, que em poucos segundos a fez tombar adormecida. A história acabaria assim se o amor não fosse correspondido. Por sorte Eros também estava apaixonado e desesperado. Ele pediu a Zeus, o deus dos deuses, que impedisse sua mãe de separá-los. Zeus então reuniu a assembleia dos deuses (que incluía Afrodite) e anunciou que Eros e Psiquê iriam se casar no Olimpo e que a noiva deveria tornar-se imortal. Hermes a conduziu ao palácio dos deuses e Zeus lhe ofereceu um doce que a tornou uma deusa e, por isto, imortal. Afrodite não poderia opor-se a que seu filho se casasse com uma deusa. Assim, Eros – o amor – e Psiquê – a alma – viveram juntos para sempre.

Tradução e adaptação do castelhano feita pelos autores do Caderno a partir do livro V da obra de Lucius Apuleius denominada *A Metamorfose* – o asno de ouro. Esta obra está disponível no site < www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=2075>. Acesso em: 09 mar. 2009.

Como síntese, após a análise das diferenças destacadas pelos alunos, convém lembrar que o discurso nos mitos apresenta-se com uma narrativa marcada por analogias, metáforas e parábolas, enquanto, na Filosofia, o discurso apresenta-se marcado por questionamentos sucessivos a cada afirmação, por fundamentação e crítica sobre o saber afirmado. Mais importante que uma distinção pretensamente definitiva, é favorecer o contato dos alunos com os dois discursos em questão e desafiá-los a se aproximarem de uma compreensão sobre a natureza de um e de outro.

Como pesquisa a ser realizada em casa, o Caderno do Aluno apresenta orientações para que os alunos tragam para a sala de aula um exemplo de narrativa mitológica e de texto filosófico. São indicados endereços eletrônicos e livros para consulta, o que não exclui as referências pertinentes ao tema.

Apresentando a pesquisa

Durante duas aulas, é importante que os alunos possam apresentar o que pesquisaram. Em uma aula, organizados em grupos, os estudantes devem conversar sobre o que encontraram. Cada grupo elegerá uma narrativa mitológica para leitura e comentários, registrando características comuns. Na aula seguinte, farão a mesma coisa para o fragmento de texto filosófico.

Você pode solicitar, ainda, que os alunos elaborem uma frase que comunique a diferença quanto à forma pela qual se apresentam os textos mitológicos e os textos filosóficos. Este exercício deve ser individual, no Caderno do Aluno, e poderá ser analisado como atividade de avaliação que fechará esta Situação de Aprendizagem.

TEMA 2 – INTRODUÇÃO AO SER POLÍTICO

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 2 O HOMEM COMO SER POLÍTICO

Nesta Situação de Aprendizagem, vamos pensar o ser humano como um ser político. Partindo das diferentes conotações que a palavra *política* assume no imaginário dos brasileiros, propomos uma contextualização inicial do tema no âmbito do pensamento de Platão e Aristóteles. Temas como

ensinamento da política, política e bom convívio social, política e justiça e ainda política como marca da natureza humana serão abordados com o auxílio dos textos filosóficos. O Caderno do Aluno é um espaço importante para o registro do pensamento dos alunos.

Tempo previsto: 4 aulas.

Conteúdos e temas: a palavra *política* e suas conotações no cotidiano, política, prudência, pudor e justiça e a política como natureza humana.

Competências e habilidades: relacionar informações representadas de diferentes formas e conhecimentos disponíveis em diferentes situações, para construir argumentação consistente (Enem), ler, compreender e interpretar textos teóricos e filosóficos; expressar-se por escrito e oralmente de forma sistemática.

Estratégias: levantamento de hipóteses; leitura; escrita e discussões.

Recursos: Caderno do Aluno e do Professor; internet; bibliografia complementar.

Avaliação: sugerimos que sejam avaliados a capacidade de os alunos criarem e expressarem suas hipóteses sobre os temas apresentados e o envolvimento dos alunos nas atividades propostas. Como instrumentos de avaliação, recomendamos sínteses escritas individuais e coletivas, verificação das atividades do Caderno do Aluno e outros trabalhos que o professor julgar adequados e pertinentes.

Sondagem e sensibilização

O que pensam os estudantes do Ensino Médio sobre a palavra *política*?

Afinal, esta é uma palavra de presença constante em nosso cotidiano. Certamente os estudantes puderam elaborar algumas representações sobre ela; e a reflexão filosófica proposta nesta Situação de Aprendizagem exige a escuta de tais representações. Essa es-

cuta inicia o diálogo entre o saber escolar e o saber cotidiano com o objetivo de ampliar o universo cultural dos alunos e de desenvolver capacidades de leitura, escrita e reflexão.

Para tanto, é interessante partir do cotidiano propriamente e solicitar aos alunos que:

- leiam com atenção as frases registradas no Caderno do Aluno:

Frase 1:

O voto não deveria ser obrigatório, porque eu nem gosto de política; por que tenho de ir votar?

Frase 2:

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma política pública que pode ajudar na mudança dos sistemas de ingresso ao Ensino Superior.

Frase 3:

A participação política favorece a escolha dos melhores candidatos aos cargos legislativos e executivos.

- b) discutam, em grupo, os diferentes significados da palavra *política* em cada uma das frases;
- c) registrem individualmente um texto sobre a presença da palavra *política* em suas experiências de vida. Podem ser orientados a registrar uma história real relacionada com a palavra *política*, caso tenham vivenciado experiência nessa direção, ou a escreverem o que pensam a respeito. Esse registro deve ser feito em folha destacada para posterior análise do professor.

O movimento proposto nesta sondagem vai da reflexão nos subgrupos para a elaboração de um registro individual, antes mesmo de uma socialização das discussões sobre as frases entre toda a turma. O objetivo é que a conversa sobre os diferentes significados da palavra *política* favoreça a recuperação de memória sobre política nas experiências de vida dos alunos.

Filosofia e política

Na próxima aula, você poderá apresentar um quadro-síntese com as conotações encontradas nos registros dos alunos, fundamentando a conversa sobre a origem dessas conotações, o percurso histórico da palavra *política* e a recuperação de alguns significados mais originais da palavra. *Como teria surgido a referência à política na história da Filosofia?*

Segundo a tradição filosófica grega, pode-se destacar mais uma vez a contribuição de Platão e Aristóteles para pensarmos a política em uma perspectiva original, distante das conotações assumidas em nossa sociedade e na sociedade brasileira em especial. Recuperar o significado primordial da ideia de política pode ajudar a compreender a importância dessa palavra e de sua prática na história da humanidade.

A origem etimológica da palavra localiza-se no grego antigo e traz *politique* e *politikós* sugerindo arte de governar a cidade e aquele que é da cidade. Em Platão e Aristóteles, a palavra *política* está associada à vida na cidade.

Um dos diálogos de Platão (428 a.C.-347 a.C.) apresenta uma das teses mais antigas sobre a arte da política. Além de antiga, ela se tornou um marco na história da Filosofia. O diálogo chama-se *Protágoras*, e a tese sobre a virtude política encontra-se no trecho que ficou conhecido como o *Mito de Protágoras*.

Um jovem chamado Hipócrates pede que Sócrates o apresente a Protágoras (480 a.C.-410 a.C.) na esperança de tornar-se seu discípulo, por quem tem grande admiração. Sócrates leva Hipócrates a uma reunião, na qual Protágoras se exhibe para uma pequena plateia de atenienses.

A seguir, um resumo da primeira parte do diálogo:

Protágoras

Sócrates: Vou começar, Protágoras, pela finalidade da nossa visita. Hipócrates, aqui presente, deseja entrar para a tua escola e diz que gostaria de conhecer as vantagens que obteria com teu ensino. Eis tudo o que temos a dizer.

Protágoras: Meu jovem, a vantagem que obterás com minhas lições é que, depois de passares um dia comigo, voltarás para casa melhor do que eras; no dia seguinte a mesma coisa, e assim, todos os dias farás progressos, sempre para melhor.

Sócrates então pede que Protágoras seja mais preciso na sua resposta e este acrescenta: “Eu só ensino a meus discípulos a ciência que eles procuram; esta ciência é a prudência, que lhes ensinará, nos negócios domésticos, a melhor forma de administrar a própria casa, e nos negócios da cidade (*pólis*) os tornará melhores para agir e falar por ela”.

Sócrates: Terei compreendido bem tua explicação? Referes-te então à arte política e dedicas-te a formar bons cidadãos?

Protágoras: Isso mesmo, Sócrates; esta é a ciência à qual me dedico.

Sócrates, então, passa a questionar Protágoras sobre a real possibilidade de se ensinar a virtude da mesma forma como se ensinam outras artes, como a da medicina, ou a de tocar flauta, e desafia Protágoras a demonstrar que ensinar a arte da política é, de fato, possível.

Protágoras: Pois bem, Sócrates. Mas, o que preferes? Que faça a minha demonstração contando uma fábula, como um avô conta histórias aos netos, ou discutindo a questão, ponto por ponto?

Como os presentes ao diálogo respondessem que Protágoras tratasse a questão como preferisse, Protágoras responde: “Parece que contar a fábula será mais agradável para todos”.

E, assim, passa a contar o que se tornou célebre como o “Mito de Protágoras”.

Eis um resumo da história:

[...]

Os deuses haviam terminado a criação das várias criaturas (animais) do mundo. Mas ainda tinham que dar-lhes vida. Para tanto, chamaram dois irmãos – Prometeu e Epimeteu – para realizarem a seguinte tarefa: distribuir os dons para as diversas espécies, de maneira equitativa para que se garantisse que uma espécie não acabasse por destruir a outra. Epimeteu convence o irmão a deixá-lo fazer a distribuição dos dons e depois chamar Prometeu para conferir a obra. Epimeteu fez a partilha, dando a uns a força, e não a velocidade; a outros, a velocidade, mas não a força; deu recursos a alguns, e não a outros, a quem doou outros meios de sobrevivência. [...] Estes cuidados visavam evitar a extinção de cada raça.

Quando Prometeu veio examinar a distribuição dos recursos, viu as várias criaturas bem providas de tudo, enquanto o homem encontrava-se nu, descalço, sem proteção ou armas. Sem saber o que fazer, roubou dos deuses o domínio do fogo e das artes e presenteou-os ao homem. Assim, o homem ficou com as técnicas para se conservar vivo, mas sem a arte da política.

Por estes favores aos homens, parece que Prometeu foi severamente punido mais tarde.

Com o que tinha, o homem articulou a linguagem, construiu casas, inventou a agricultura. Mas, isolados, continuavam frágeis diante dos perigos da natureza. E, quando procuravam reunir-se em segurança, fundando cidades, faziam mal uns aos outros, pois não tinham os saberes da política, e assim, se dispersavam e acabavam por morrer.

Então, Zeus, temendo que a nossa espécie se extinguisse, encarregou Hermes de levar aos homens os dons do pudor e da justiça como norma para a convivência a ligar os homens pelos laços da civilidade.

Depois de estabelecer que o pudor e o senso da justiça fossem repartidos a todos os homens sem exceção, ordena que, em seu nome, todo homem incapaz de pudor e justiça “seja exterminado como se fosse uma peste na sociedade”.

E assim, a humanidade sobreviveu e progrediu.

Em seguida, Protágoras apresenta seus argumentos, tratando a questão “ponto por ponto”. Afirma que, em relação às artes, concorda que os profissionais não admitam que amadores deem palpite. “Mas, quando se delibera sobre política, que se apoia no senso da justiça e na temperança, é adequado admitir todo o tipo de gente a opinar. Pois é necessário que todos tenham parte na virtude da civilidade. Senão, não poderia existir a cidade.”

Depois, quanto à possibilidade de se ensinar a virtude política, oferece outros argumentos:

“No ensino da virtude, a tarefa dos pais começa desde os primeiros anos e estende-se até a morte [...]. Cada ato, cada palavra serve de ocasião para uma lição: ‘Isto é justo, dizem-lhe, aquilo injusto; isto é belo, aquilo vergonhoso; isto agrada aos deuses, aquilo desagrada; faça isto, não faça aquilo’. [...] Depois, os pequenos são mandados à escola [...]. Ali conhecem as muitas normas, muitas histórias de louvor aos heróis antigos. É que se espera que a criança os imite e busque se assemelhar a eles.”

“Pelo fato de todos ensinarem a virtude, cada um na sua oportunidade, parece que ninguém a ensina. É o mesmo que se dá ao procurar um professor específico para ensinar a falar o grego (nossa língua materna). Não existe tal professor.”

Depois da exposição da fábula e dos argumentos, Sócrates vira-se para o candidato a discípulo de Protágoras e exclama: “Hipócrates, filho de Apolodoro, como agradeço me fazeres vir a este encontro! Por nada no mundo trocaria o prazer de ter ouvido este discurso de Protágoras.”

Tradução e adaptação dos autores deste Caderno a partir da obra *Protágoras*, de Platão, divulgada em espanhol. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=6705>. Acesso em: 13 jan. 2009.

No Caderno do Aluno, as perguntas apresentadas têm a finalidade de orientar a mediação no contato entre os alunos e as ideias de Platão sobre política presentes no Diálogo destacado. As perguntas implicam habilidades mais simples, como localizar informação no texto, e habilidades preparatórias para discussão e posicionamentos a respeito de afirmações mais polêmicas. São elas:

1. Qual é a ciência apontada por Protágoras para bem administrar a vida doméstica e a vida nas cidades?
2. Além dessa, ou a complementá-la, quais as outras condições para o exercício da boa convivência nas cidades?
3. De que forma essas condições se complementam? Apresente exemplos cotidianos.
4. Protágoras afirma, no diálogo, que a política assim concebida é algo possível de ser

ensinado. O que você pensa a respeito? As virtudes destacadas no diálogo podem ser ensinadas?

Como essas questões serão respondidas individualmente e no Caderno, os alunos podem realizar a atividade em casa, e em sala de aula, formar grupos para trocar as hipóteses sobre as respostas e preparar um debate sobre a solução indicada no mito narrado por Protágoras, a saber, a ordem de Zeus para que todo homem incapaz de pudor e justiça fosse exterminado como uma peste na sociedade.

Trata-se de debate bastante atual quando lembramos que a pena de morte é assunto constante nos noticiários, nos levantamentos de opinião organizados por meios de comunicação de massa e no campo dos juristas. Caso a turma predominantemente não apresente informação suficiente para contextualizar na atualidade a polêmica solução do diálogo, pode-se sugerir uma pequena pesquisa sobre

argumentos a favor e argumentos contrários à pena de morte no Brasil.

Menos diretamente associado ao tema desta Situação de Aprendizagem, porém de grande valor para ampliar o universo cultural dos alunos e até preparar futuras reflexões, é o conflito que Platão e Sócrates mantiveram com os filósofos denominados Sofistas. Protágoras era um sofista e, no Caderno do Aluno, orienta-se uma pesquisa sobre essa informação como lição de casa. Seria como um parêntese na discussão, para que você ajude a esclarecer possíveis dúvidas dos alunos.

Política como parte da natureza humana

Uma aula ainda é importante para a contribuição de Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.),

que escreveu uma obra denominada *Política*, organizada em oito livros. Destacamos o livro primeiro para leitura, pois nele o autor defende a ideia de que a política integra a natureza humana, decorrente de outras características também definidoras da espécie humana: o dom da fala e a necessidade de associação para além do núcleo familiar, constituindo, assim as vilas, as cidades, e os Estados.

O trabalho com essa leitura exigirá esforço individual para a compreensão das relações apresentadas pelo autor entre sociedade, política e natureza humana. Para isso, podem ajudar a troca de hipóteses em grupo e depois o registro individual solicitado no Caderno do Aluno para responder à pergunta: *Por que o homem é naturalmente um ser político segundo argumentação de Aristóteles?*

A Política

“[...] Se as primeiras comunidades são um fato da natureza, também o é a cidade, porque ela é o fim daquelas comunidades, e a natureza de uma coisa é o seu fim: aquilo que cada coisa se torna quanto atinge seu completo desenvolvimento, nós chamamos de natureza daquela coisa, quer se trate de um homem, de um cavalo ou de uma família. Além disso, a causa final e o fim de uma coisa é o que é o melhor para ela; ora, bastar-se a si mesma é, ao mesmo tempo, um fim e um bem por excelência.

Essas considerações tornam evidente que a cidade é uma realidade natural e que o homem é, por natureza, um animal político. E aquele que, por natureza e não por mero acidente, não faz parte de uma cidade é ou um ser degradado ou um ser superior ao homem [...] um tal homem é, por natureza, ávido de combates, e é como uma peça isolada no jogo de damas. É evidente, assim, a razão pela qual o homem é um animal político em grau maior que as abelhas ou todos os outros animais que vivem reunidos. Dizemos, de fato, que a natureza nada faz em vão, e o homem é o único entre todos os animais a possuir o dom da fala. Sem dúvida os sons da voz exprimem a dor e o prazer e são encontrados nos animais em geral, pois sua natureza lhes permite experimentar esses sentimentos e comunicá-los uns aos outros. Mas quanto ao discurso, ele serve para exprimir o útil e o nocivo e, em consequência, o justo e o injusto. De fato, essa é a característica que distingue o homem de todos os outros animais: só ele sabe discernir o bem e o mal, o justo e o injusto, e os outros sentimentos da mesma ordem; ora, é precisamente a posse comum desses sentimentos que engendra a família e a cidade.

A cidade, portanto, é por natureza anterior à família e a cada homem tomado individualmente, pois o todo é necessariamente anterior à parte; assim, se o corpo é destruído, não haverá mais nem pé nem mão, a não ser por simples analogia, como quando se fala de uma mão de pedra, pois uma mão separada do corpo não será melhor que esta. Todas as coisas se definem sempre pelas suas funções e potencialidades; por conseguinte, quando elas não têm mais suas características próprias, não se deve

dizer mais que se trata das mesmas coisas, mas apenas que elas têm o mesmo nome. É evidente, nessas condições, que a cidade existe naturalmente e que é anterior aos indivíduos, pois cada um destes, isoladamente, não é capaz de bastar-se a si mesmo e está, em relação à cidade, na mesma situação que uma parte em relação ao todo; o homem que é incapaz de viver em comunidade, ou que disso não tem necessidade porque basta-se a si próprio, não faz parte de uma cidade e deve ser, portanto, um bruto ou um deus.”

ARISTÓTELES. *A Política*. Livro primeiro: Da sociedade civil e da escravidão, da propriedade e do poder doméstico. Tradução elaborada especialmente para este Caderno a partir da publicação em espanhol. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=6486>. Acesso em: 13 jan. 2009.

Propostas de Questões para Avaliação

Duas possibilidades podem ser desenvolvidas para avaliação:

1. Análise de cada Caderno do Aluno, considerando todas as atividades da Situação de Aprendizagem 2, com retorno por escrito sobre conteúdos e habilidades que exigem correção e aperfeiçoamento.
2. Análise de respostas individuais para duas

questões trabalhadas nesta Situação de Aprendizagem:

- a) A política como arte de bem conduzir a vida na cidade é algo que se ensina? Justifique a resposta.
- b) Justifique a afirmação aristotélica: o homem é um animal político.

Como referência para correção, é importante a retomada dos textos e das sínteses elaboradas a partir das discussões.

TEMA 3 – A CONCEPÇÃO PLATÔNICA DA DESIGUALDADE EM *A REPÚBLICA*

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 3 PLATÃO E A JUSTA DESIGUALDADE

Esta Situação de Aprendizagem tem por objetivo introduzir a discussão sobre o tema da desigualdade social, enfatizando a necessidade de se compreendê-la de uma perspectiva crítica que conduza à superação das explicações míticas, fantasiosas e ingênuas, frequentemente apresentadas para este problema.

Para tanto, iniciamos traçando um breve perfil da desigualdade no Brasil, a título de sensibilização inicial dos alunos. Esse perfil se baseia no documento *Retrato da desigualdade de Gênero e Raça* (3. ed.).¹

Escolhemos esse documento por enfatizar as desigualdades do ponto de vista de dois aspectos que, a nosso ver, podem provocar a reflexão e o interesse dos alunos: gênero e raça. Mas há outros trabalhos e indicadores que podem ser usados com a mesma finalidade de motivação inicial, ficando, portanto, a escolha a critério do professor.

Nas três aulas seguintes, passamos ao estudo de como Platão explica a desigualdade de

classes na sociedade ateniense em seu tempo, valendo-nos, para tanto, principalmente, dos livros III e IV da obra *A República*. Abordaremos, basicamente, a concepção platônica de justiça, o significado do *mito dos nascidos da terra* e a *teoria da alma*, elementos importantes para a compreensão da visão platônica sobre o tema. A título de conclusão, será apresentada a posição de Platão acerca da escravidão e do papel da mulher na sociedade, procurando-se explicitar o caráter, ao mesmo tempo, avançado e limitado dessa posição.

Para empreender esse estudo, tomamos como principal obra de referência o livro *Introdução à História da Filosofia*, de Marilena Chauí, além de outras obras sobre a história da filosofia.

A proposta é que os alunos reflitam criticamente sobre o tema, de modo individual e também coletivo, e se expressem oralmente e por escrito a respeito dele de forma rigorosa, com a mediação do professor e da leitura dos textos contidos no Caderno do Aluno.

Tempo previsto: 4 aulas.

Conteúdos e temas: a desigualdade no Brasil; Platão e o *mito dos nascidos da terra*; Platão e a teoria da alma; a posição de Platão acerca da escravidão e do papel da mulher.

Competências e habilidades: relacionar informações, representadas de diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em diferentes situações para construir argumentação consistente (Enem); identificar situações de desigualdade social, sobretudo no Brasil, e abordá-las de uma perspectiva problematizadora e crítica; reconhecer o caráter insatisfatório, ingênuo e mesmo ideológico de certas explicações normal-

¹ Publicado pelo Ipea, em 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf>. Acesso em: 17 out. 2008.

mente aceitas pelo senso comum para o problema da desigualdade; conhecer e dominar aspectos do pensamento de Platão e operar com os conceitos platônicos trabalhados; ler, compreender e interpretar textos teóricos e filosóficos; expressar-se por escrito e oralmente de forma sistemática; elaborar hipóteses e questões a partir das leituras e dos debates realizados.

Estratégias: levantamento da opinião dos alunos sobre o problema da desigualdade por meio de uma breve dissertação inicial; discussão em grupo dos dados relativos à desigualdade no Brasil; leitura sistemática e problematizadora de textos e elaboração escrita do próprio pensamento; pesquisa bibliográfica complementar.

Recursos: Cadernos do Aluno e do Professor; internet; anúncios publicitários; bibliografia complementar.

Avaliação: sugerimos que sejam avaliados: o domínio pelos alunos do conteúdo (conceitos, ideias, raciocínios etc.) estudado, sua capacidade de expressão clara, fluente, coerente, coesa, bem articulada e consistente (bem fundamentada, buscando superar o senso comum), o efetivo envolvimento nas atividades propostas. Como instrumentos de avaliação, recomendamos dissertações individuais, provas dissertativas e reflexivas, verificação das atividades do Caderno do Aluno; participação em sala; outros instrumentos que o professor julgar pertinentes.

Sondagem e sensibilização

Propomos que, inicialmente, você convide os alunos a escrever sobre a seguinte questão: *Por que existem pobres e ricos?* É importante que respondam a essa pergunta antes de estudar o conteúdo desta Situação de Aprendizagem, visto que o objetivo é detectar o que eles pensam a esse respeito. Espera-se que, ao final do bimestre, sejam capazes de superar a posição expressa nessa dissertação preliminar. Você pode recolher esses textos, lê-los e comentá-los por escrito e, na aula seguinte, dar um retorno aos alunos sobre as respostas que apareceram. É bem possível que muitas delas sejam mencionadas e problematizadas nas aulas seguintes, e que os alunos venham a se reconhecer como portadores de concepções in-

gênuas sobre o tema em questão. Sugerimos que conserve com você essas dissertações, pois elas serão retomadas na última aula da Situação de Aprendizagem 4.

Para reforçar o entendimento da situação da desigualdade no Brasil, sugerimos uma dinâmica de grupo, na qual os alunos debatam questões relativas ao texto *A desigualdade no Brasil*, apresentado a seguir, e se posicionem sobre elas.

As questões são:

1. Quais são as causas da desigualdade no Brasil?
2. Como você se sente em relação à realidade apresentada pelo texto?

A desigualdade no Brasil

Todos sabemos que o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades. O documento “Retratos da desigualdade de gênero e raça”, publicado em 2008 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM),¹ traz importantes informações

sobre a situação de mulheres e homens, negros e brancos no Brasil. Vejamos alguns dos dados levantados, referentes ao ano de 2007.

A **educação** é comumente vista como necessária para um futuro melhor e, apesar de algumas melhorias obtidas nos últimos anos, permanecem muitas desigualdades. O analfabetismo ainda atinge **6,3%** das mulheres brancas e **13,7%** das negras com 15 anos ou mais de idade. Quanto ao número de anos de estudo, enquanto os brancos estudam em média **8,8** anos, os negros passam apenas **6,8** anos na escola.

Na área da **saúde** observa-se que a população negra é bem mais dependente do Sistema Único de Saúde (SUS) que a população branca. Para esta, **54%** dos atendimentos e **59%** das internações são cobertos pelos SUS, enquanto entre os negros essas proporções sobem para **76%** e **81%**, respectivamente. A situação se inverte quando se trata de cobertura por planos de saúde privados, os quais atingem **32,2%** dos brancos e apenas **14,7%** dos negros. No que se refere ao exame clínico de mamas, **36,4%** das mulheres de 25 anos ou mais de idade nunca o fizeram, “sendo que entre as brancas a proporção é de **28,7%** e entre as negras a proporção sobre para **46,3%**”.²

Do total de domicílios que recebem o **Bolsa Família**, **69%** são chefiados por negros, o que evidencia que estes são a “grande maioria entre os mais pobres, estão nas posições mais precárias do mercado de trabalho e possuem os menores índices de educação formal”.³

As mulheres e os negros são mais atingidos pelo **desemprego**, “sendo as mulheres negras as que se encontram em situação mais precarizada”: apresentam uma taxa de desemprego de **12,4%**, enquanto a das mulheres brancas é de **9,4%**, a dos homens negros de **6,7%** e a dos homens brancos de **5,5%**.

Quanto às condições de **moradia**, observa-se que **3,6%** das residências estão em favelas, o que equivale a aproximadamente **2 milhões de domicílios**, ou pelo menos **8 milhões de pessoas**. Do total dessas residências, **66,1%** são chefiadas por mulheres ou homens negros (**26%** e **40,1%** respectivamente), enquanto **33%** são chefiadas por mulheres ou homem brancos (**11,7%** e **21,3%** respectivamente). Há, portanto, “uma sobrerrepresentação da população negra vivendo em favelas, o que reforça, mais uma vez, a sua vulnerabilidade social”.⁴

No quesito **distribuição da renda**, em geral as mulheres têm salários bem inferiores aos dos homens, mas as mulheres negras estão em situação ainda mais desvantajosa. Enquanto as brancas ganham, em média, **62,3%** do valor do salário dos homens brancos, as mulheres negras recebem **34%** desse valor. Do total da população branca, **20%** encontram-se abaixo da linha de pobreza, enquanto para a população negra este índice sobe para **41,7%**. E “enquanto **6,6%** dos brancos recebem **menos de ¼** de salário mínimo *per capita* por mês, esse percentual salta para **16,9%** da população negra”.⁵ Isso significa que, entre os negros, há **20 milhões** a mais de pobres e **9,5 milhões** de indigentes.

No que se refere aos **afazeres domésticos**, as discrepâncias entre homens e mulheres são gritantes. Se **87,9%** das mulheres com 16 anos ou mais afirmam ocupar-se deles, entre os homens essa porcentagem cai para **50,7%**. Essas mesmas mulheres dedicam **27,2 horas semanais** a essas atividades, ao passo que os homens gastam apenas **10,6 horas**, quase três vezes menos. Uma explicação precipitada para esta discrepância poderia ser a maior participação dos homens no mercado de trabalho. Trata-se, porém, de um argumento no mínimo insuficiente. Isso porque as mulheres que trabalham fora de casa dedicam **22,3 horas** semanais aos afazeres domésticos, enquanto os homens que não trabalham gastam **13,7 horas**, ou seja, **8 horas e 36 minutos** a menos por semana.

“De fato, a sobrecarga de trabalho das mulheres, que, mesmo ocupando postos no mercado de trabalho, continuam respondendo pelas árduas atividades domésticas, encontra suas raízes na divisão sexual do trabalho e na naturalização da responsabilidade feminina pelas tarefas executadas no âmbito doméstico”.⁶

Enfim, segundo a ministra da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, Nilcéa Freire, apesar dos avanços já obtidos, “[...] a velocidade não é a que queremos. Se fizermos uma regra de três simples, projetando os dados da PNAD (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) para o futuro, levaríamos 87 anos para superar a diferença salarial entre homens e mulheres.”⁷

¹ Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 17 dez. 2008. (Grifos dos autores).

² Idem, p. 21.

³ Idem, p. 23.

⁴ Idem, p. 29.

⁵ Idem, p. 33.

⁶ Idem, p. 35.

⁷ Disponível em: <<http://www.agencianacional.gov.br/noticias/2008/12/16/materia.2008-12-16.3412622149/view>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

Texto elaborado especialmente para este Caderno.

Para preparar a próxima aula, oriente os alunos a fazer em casa uma pequena pesquisa sobre Platão, a fim de ampliar os conhecimentos sobre o autor.

Os tópicos propostos no Caderno do Aluno são:

- ▶ elementos do contexto histórico em que viveu;
- ▶ dados biográficos, incluindo curiosidades sobre ele;
- ▶ aspectos de sua filosofia;
- ▶ algumas obras.

Em seguida, eles devem resumir os dados coletados e inseri-los no quadro reservado para esse fim, na forma de esquema. Para esta atividade, é importante que você indique fontes complementares de leitura, tais como: livros didáticos, paradidáticos, acadêmicos, ou a internet. Neste último caso, convém ter cuidado na escolha dos *sites* a fim de evitar a consulta a fontes pouco confiáveis. Talvez uma curiosidade sobre Platão que possa ser útil para despertar o interesse dos alunos seja a que se refere ao nome do filósofo. Certamente entre os alunos haverá quem conheça pessoas que ganharam apelidos em virtude de alguma peculiaridade anatômica. O exemplo mais famoso talvez seja o de Narizinho, personagem do *Sítio do Picapau Amarelo*, de Monteiro Lobato, que recebeu esse nome

graças a seu nariz arrebitado. Mas as intenções dos que colocam apelidos nem sempre são tão elogiosas. Afinal, há, também, por aí muitos “Dentinhos”, “Ratinhos”, “Bocas”, “Pezões”, “Tanajuras”, “Cabeções” etc. Platão também é um apelido desse tipo, derivado, pelo que se crê, do fato de ele possuir ombros largos: *platús*, em grego, significa “largo e chato, plano”.¹ O nome verdadeiro do filósofo era Aristocles. É mesmo curioso que um filósofo da envergadura de Platão tenha passado para a história com um apelido jocoso.

Na aula seguinte, dando continuidade à sondagem inicial e já entrando no tema específico – Platão –, os alunos devem levantar e discutir algumas explicações para a desigualdade social que considerem *mentiras*, isto é, explicações insuficientes, ingênuas, ideológicas, fantasiosas. Peça também que deem as razões pelas quais as consideram insuficientes. O objetivo dessa atividade é prepará-los para a “mentira necessária”, que será contada por Platão por meio do *mito dos nascidos da terra*, com a finalidade de justificar a desigualdade de classes em Atenas.

Após esta atividade de aquecimento, convém que passem ao trabalho com o texto *Platão e a justa desigualdade: o mito dos nascidos da terra*, disponível no Caderno do Aluno e reproduzido a seguir.

¹ *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (edição eletrônica). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

Platão e a justa desigualdade: o mito dos nascidos da terra

Atenas, no tempo de Platão (século V a.C.), era uma cidade-Estado com significativas desigualdades sociais. Afinal, embora se tratasse de uma democracia direta, era também uma democracia escravista, na qual o direito à cidadania restringia-se a cerca de 10% da população, isto é, aos nascidos na cidade, do sexo masculino, adultos e livres. Estavam, portanto, excluídos os escravos, os estrangeiros, os menores de 18 anos e as mulheres.

Havia três classes fundamentais na sociedade ateniense em termos das atribuições na pólis: os magistrados, minoritária, formada pelos governantes, encarregados de elaborar as leis e fazê-las cumprir; a dos artífices ou classe econômica, mais numerosa, representada pelos trabalhadores em geral (artesãos, lavradores, comerciantes etc.) livres ou escravizados, responsáveis pelo provimento dos bens necessários à sobrevivência dos cidadãos; e a dos guerreiros, encarregados da defesa da cidade.

Para Platão, essa desigualdade de classes não é necessariamente um problema, desde que cada cidadão seja encaminhado para a função que está em conformidade com a sua natureza.¹ Isso porque, para ele, cada um nasce mais preparado para exercer um determinado tipo de atividade. A cidade justa é aquela que se organiza pela justa medida, isto é, aquela em que cada um ocupa o lugar designado pela sua natureza. Nas palavras de Platão, a cidade é “justa pelo fato de que cada uma das três ordens (classes) que a constituem cumpre sua função”.² Em outras palavras: “É justo que aquele que, por natureza, é sapateiro fabrique sapatos e nada mais faça, que o construtor construa e, quanto aos outros, também seja assim”.³ Se isto for assegurado, reinará a harmonia e a prosperidade.

Para melhor explicar e justificar essa posição, Platão se vale de uma fábula, ou melhor, de uma “mentira, única e genuína”,⁴ daquelas que se fazem “necessárias”⁵ uma vez que servem à conservação da cidade. Trata-se do mito dos nascidos da terra, segundo o qual os gregos, tanto eles quanto suas armas, teriam sido modelados e criados no interior da terra e esta, como sua mãe, os deu à luz. Por isso, eles devem cuidar do lugar onde vivem como um filho cuida de sua mãe, defendê-la dos inimigos e tratarem-se mutuamente como irmãos.⁶ E a narrativa prossegue:

“Todos vós que estais na cidade sois irmãos, [...] mas ao plasmar-vos, o deus, no momento da geração, em todos os que eram capazes de comandar misturou ouro, e por isso são valiosos, e em todos os que eram auxiliares daqueles misturou prata, mas ferro e bronze nos agricultores e outros artesãos. Já que todos vós sois da mesma estirpe, no mais das vezes geraríeis filhos muito semelhantes a vós mesmos, mas, às vezes, do ouro seria gerado um filho de prata e, da prata, um de ouro, e assim com todas as combinações de um metal com outro. Aos chefes, como exigência primeira e maior, ordenou o deus que de nada mais fossem tão bons guardiões quanto de sua prole, nem nada guardassem com tanto rigor, procurando saber que mistura havia na alma deles e que, se um filho tivesse dentro de si um pouco de bronze ou de ferro, de forma alguma se compadecesse dele, mas que o relegasse, atribuindo-lhe o valor adequado à natureza, ao grupo dos artífices e agricultores. Mas, em compensação, se um deles tivesse em si um pouco de ouro ou prata, reconhecendo-lhe o valor, fizesse que uns ascendessem à função de guardião e outros à de auxiliares, porque havia um oráculo que previa que a cidade pereceria quando um guardião de ferro ou bronze estivesse em função”.⁷

Embora se trate de uma “mentira”, como reconhece Platão, esta fábula seria útil para que os magistrados “cuidassem mais da cidade e do relacionamento entre uns e outros”,⁸ mostrando-lhes que possuem alma de ouro e que, portanto, não precisam almejar possuir ouro em metal (riqueza material), pois a maior riqueza está dentro deles e esta não perece e não lhes pode ser tomada. Assim a cidade seria governada por pessoas que não teriam motivo para praticar a corrupção, favorecendo a justiça.

¹ PLATÃO. *A República*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2006. p. 137 [421c]; 140 [423d]; 143 [425c]; 154 [433a-e]; 156-157 [434c]; 167 [441d]).

² Idem, p. 167 [441d].

³ Idem, p. 170 [443c]

⁴ Idem, p. 128 [414c].

⁵ Ibidem.

⁶ Idem, p. 128 [414d].

⁷ Idem, p. 129 [415a-c].

⁸ Idem, p. 129 [415d].

Texto elaborado especialmente para este Caderno.

Consideramos importante destacar deste texto os seguintes aspectos: os limites da democracia ateniense; as três principais classes sociais do tempo de Platão; a noção de justiça por ele defendida; o sentido do mito dos nascidos da terra e o objetivo de Platão ao retomá-lo em sua obra.

No que se refere ao conceito de justiça, Platão a entende como medida justa, ou seja, cada classe desempenhando a função para a qual está qualificada por sua natureza intrínseca. Daí a ideia de justa desigualdade, expressa no título.

Quanto ao mito, é interessante destacar que, apesar de afirmar que o lugar social destinado a cada pessoa é, de certo modo, determinado pelos deuses, o que tornaria esse lugar legítimo e inquestionável, ele também reconhece a possibilidade de exceções: “mas, às vezes, do ouro seria gerado um filho de prata e, da prata, um de ouro, e assim com todas as combinações de um metal com outro” (PLATÃO. *A República*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2006, p. 129 [415a-c]). Se, portanto, dentre os artesãos ou lavradores surgir uma criança com alma de ouro ou prata, o deus ordena que esta seja elevada à categoria de soldado ou governante, para o bem da cidade. Há, portanto, a admissão de certa mobilidade social, ainda que como exceção, o que, de resto, contribui para dar credibilidade à regra.

Para reforçar o entendimento e a retenção das principais ideias do texto, os alunos são solicitados a responder e discutir algumas questões a ele pertinentes, a saber:

1. Como se caracterizava a democracia ateniense?
2. Quais eram as três classes fundamentais de Atenas e que função cabia a cada uma?
3. Reconte em poucas palavras o mito dos nascidos da terra.
4. Em que sentido esse mito é uma mentira *necessária*? Que papel ela cumpre na sociedade ateniense, segundo Platão?

A fim de ampliar a discussão e dar oportunidade para que expressem com mais liberdade a compreensão que tiveram do estudo feito até aqui, propomos que os alunos inventem uma fábula para explicar a origem das classes sociais no Brasil, explicitando, ao término da história, o papel que ela teria na nossa atual sociedade. Por exemplo, o papel de justificar, legitimar ou criticar a existência de classes sociais. É um momento de exercício da criatividade, mas também de demonstrar apropriação do conteúdo estudado, o qual, portanto, deve ser incorporado, ao menos em alguns elementos, na criação do aluno. É importante que tragam na aula seguinte o texto produzido.

Essa aula é dedicada à teoria da alma, de Platão. Poderá se iniciar com a discussão em grupos das fábulas produzidas pelos alunos. Certamente, não haverá tempo suficiente para que todos leiam publicamente suas histórias. Por isso, uma possível estratégia é cada grupo eleger uma ou duas para ser lidas e comentadas para a classe. Você pode, também, solicitar que associem o texto por eles produzi-

do com o mito usado por Platão, verificando, assim, se compreenderam adequadamente o sentido dado a ele pelo autor.

Em seguida, propomos que seja trabalhado o texto *Platão e a teoria da alma*, transcrito a seguir e presente também no Caderno do Aluno.

Platão e a teoria da alma

A noção que Platão tem de justiça é reforçada pela sua teoria da alma. Para ele, assim como na cidade há três classes distintas, também a alma humana possui três partes, cada uma encarregada de uma função específica:

1. Parte concupiscente ou apetitiva: concupiscência é sinônimo de “cobiça de bens materiais”, desejo de “prazeres sensuais”.¹ Situada no baixo-ventre (entre o diafragma e o umbigo), é a parte da alma responsável pela busca da bebida, da comida, do sexo, dos prazeres, enfim, de tudo quanto é necessário à conservação do corpo e à reprodução da espécie. É irracional e mortal.

2. Parte colérica ou irascível: irascível é quem se irrita ou se enraivece com facilidade. Localizada no peito, acima do diafragma, sua função é defender o corpo contra tudo o que possa ameaçar sua segurança. Também é irracional e mortal.

3. Parte racional: é a função superior da alma, o traço divino que há em nós. Situada na cabeça, é responsável pelo conhecimento. Apenas essa parte é imortal.

O **homem virtuoso** é aquele em que cada parte da alma realiza **na medida justa** (sem falta nem excesso) a função que lhe cabe, **sob a regência da parte racional**. Cabe, portanto, à parte racional dominar as outras duas. O domínio da razão sobre a concupiscência resulta na virtude da **temperança** (moderação); o domínio da razão sobre a cólera produz a virtude da **coragem** ou da **prudência**. A virtude própria da parte racional é o **conhecimento**. Por outro lado, o **homem vicioso** é aquele em que as partes da alma não conseguem realizar suas funções próprias, ou as realizam desmesuradamente, o que ocorre quando a parte racional perde o comando sobre as outras duas. Nesse caso, instaura-se a desordem, o conflito, a violência contra si e os demais.

Ora, o que vale para o homem individualmente vale também, de certo modo, para a cidade e as três classes sociais nela existentes. Na **classe econômica**, predomina a parte concupiscente da alma. Daí ela estar sempre voltada para a obtenção de riquezas e prazeres. Assim, se essa classe assumir o governo, a cidade será mergulhada em sérios problemas econômicos, aprofundando as desigualdades. Na **classe dos guerreiros**, predomina a parte colérica, razão pela qual apreciam os combates e a fama. Se governarem, a cidade viverá em constante estado de guerra, tanto interna quanto externamente, gerando insegurança e instabilidade. Finalmente, na **classe dos magistrados**, predomina a parte racional da alma, o que lhe favorece conhecer a ciência da política e, desse modo, governar as outras duas classes e em conformidade com a justiça.

Em suma, assim como o homem justo é aquele em que a razão governa a cólera e a concupiscência, assim também na cidade, para haver justiça, é preciso que os magistrados governem as demais classes, dedicando-se estas às funções que lhes são próprias.

Caberá à educação preparar os indivíduos de cada classe para o exercício da função e da virtude a ela correspondente. Assim, a classe econômica deve ser educada para a frugalidade e a **temperança**, a classe militar, para a **coragem** e a classe dos magistrados, para a **prudência**. O resultado dessa combinação será uma quarta e principal virtude: a **justiça**. Assim, a **cidade justa** é aquela em que cada classe cumpre harmoniosamente o papel que lhe cabe: o magistrado governa, o soldado defende e a classe econômica provê a subsistência dos cidadãos, tudo na mais perfeita harmonia. Desse modo, cada um exercendo a função correspondente às inclinações de sua alma, às características de sua natureza, todos concorrerão para a realização da justiça.

Eis, portanto, como Platão legitima e justifica a desigualdade entre as classes, apresentado-a como expressão da justiça e instrumento para a realização do bem comum.

¹ *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (edição eletrônica). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

Por que estudar a teoria da alma, de Platão? Porque ela vem complementar a discussão feita pelo autor sobre o papel de cada classe social na constituição da cidade justa. Com efeito, Platão traça um paralelo entre o homem concebido individualmente (com as três partes de sua alma) e a cidade, composta de três classes sociais. Assim como o homem justo é aquele que tem as partes da alma em equilíbrio e harmonia, graças ao comando da razão, assim também a cidade justa, harmoniosa e próspera é aquela em que cada classe cumpre com afinco sua função, sob o comando dos magistrados. Tal concepção, sem dúvida, contribui para legitimar a estrutura social pensada por Platão como ideal e na qual o governante governa com sabedoria, os militares cuidam da defesa com coragem e os produtores exercem a temperança na produção da subsistência da cidade.

É importante realçar que a visão de Platão sobre as classes sociais conduz a certa naturalização da desigualdade social, que, assim, deixa de ser vista como convenção (como possivelmente pensavam os sofistas, adversários políticos de Platão), isto é, como obra humana, e passa a ser entendida como expressão da natureza intrínseca do homem, como fruto de uma espécie de disposição inata das pessoas para exercer um determinado papel na sociedade. A essa concepção será contraposta, mais adiante, a posição de Rousseau, para quem a desigualdade resulta de uma convenção.

Para finalizar esta aula, são propostas três atividades. A primeira, a ser desenvolvida em sala, se possível, consiste em solicitar aos alunos que preencham um quadro sinóptico cujo objetivo é facilitar a visualização da teoria da alma de Platão e sua articulação com as classes sociais. Trata-se, porém, de um esquema apenas didático que não prescinde do estudo do texto mencionado ou mesmo de outros complementares. A segunda e a terceira atividades, a ser realizadas em casa, propõem,

respectivamente, uma pequena pesquisa de opinião sobre o tema *Por que existem pobres e ricos?* e um conjunto de questões pertinentes ao texto com o objetivo de reforçar sua compreensão e assimilação.

Quanto à pesquisa, o objetivo é permitir que os alunos tomem contato mais direto com as opiniões do senso comum a respeito da desigualdade social, a fim de, posteriormente, problematizá-las e superá-las. O Caderno do Aluno traz algumas alternativas para ser assinaladas, mas é importante que você os oriente a não revelá-las aos entrevistados antes que respondam, para evitar a indução da resposta. Segue o roteiro sugerido para a entrevista:

Por que existem pobres e ricos?

- Porque é a vontade de Deus.
- Porque é natural que haja desigualdade.
- Porque sempre foi assim e nunca vai mudar.
- Porque o homem é naturalmente mau e egoísta.
- Porque alguns se esforçam mais do que os outros
- Outras respostas (anotar):

As questões para entendimento do texto são:

1. O que são, para Platão, o homem virtuoso e o homem vicioso?
2. Como Platão articula sua teoria da alma humana com as três classes sociais da sociedade ateniense de seu tempo?
3. Qual é o conceito de justiça defendido por Platão? Você concorda com ele? Justifique.
4. Que papel Platão atribui à educação na promoção da justiça? Você concorda? Justifique.

Esta última questão poderá ser retomada na última aula da Situação de Aprendizagem 4, caso seja realizada a atividade com o filme *Pro dia nascer feliz*.

A última aula desta Situação de Aprendizagem dedica-se ao exame da posição de Platão sobre a escravidão e o papel da mulher na sociedade. Embora seja abordada, ainda que brevemente, a visão do autor sobre os escravos (afinal a sociedade ateniense era escravista), privilegiou-se a questão da mulher em virtude de ter sido este um dos aspectos enfatizados quando da caracterização da desigualdade no Brasil (primeira aula).

Para instigar os alunos, propomos a seguinte pergunta:

- Você sabia que existe uma lei no Brasil (Lei nº 9.504/97, art. 10, parágrafo 3º) que obriga os partidos políticos a reservarem no mínimo 30% das vagas de suas candidaturas para mulheres? O que você pensa sobre isso?

O propósito é chamar a atenção para o tema da participação da mulher na política, sobretudo nas instâncias de governo (poderes Executivo, Legislativo e Judiciário), e colher as impressões dos alunos a esse respeito. Isso porque é justamente nesse aspecto que Platão parece inovar significativamente em comparação com a mentalidade dominante de sua época. Ele considera que, no que se refere à sua natureza intrínseca, não existem diferenças entre homens e mulheres. As que existem

são apenas diferenças acidentais. (Caberia, pois, esclarecer aos alunos o significado dos conceitos de *essência* e *acidente*.) Da mesma forma, nas funções administrativas da cidade, não há nenhuma que seja exclusiva da natureza masculina nem da natureza feminina, de modo que ambos os sexos podem se ocupar das mesmas funções, desde que demonstrem preparo e aptidão para elas. Por isso, ao ser preparados para tais atividades, homens e mulheres devem receber a mesma educação.

Cabe esclarecer que, a despeito do caráter inegavelmente avançado dessa posição de Platão, ele não chega a ser exatamente um *feminista*. Aliás, isso nem seria possível em uma sociedade patriarcal como a de Atenas do século V a.C., em que as mulheres nem sequer eram contadas entre os cidadãos. Daí a afirmação aparentemente contraditória de que as mulheres são em tudo mais fracas que os homens. Esse “*deslize*” de Platão serve para mostrar que os filósofos (como quaisquer seres humanos) estão, em grande parte, condicionados pelo meio em que vivem (valores, costumes, crenças, visões de mundo, interesses), condicionamento esse que impõe limites ao alcance de sua visão sobre os problemas que tomam como objeto de sua reflexão. Isso, por outro lado, em nada desqualifica a contribuição que trazem para o conhecimento e a superação desses problemas.

Apresentamos a seguir, o texto referente a esta aula, disponível também no Caderno do Aluno.

Os escravos e as mulheres na visão de Platão em *A República*

Se Platão não vê problemas na existência de classes sociais, resta saber o que ele pensa a respeito da escravidão e do papel das mulheres na sociedade.

No que se refere à escravidão, era costume entre os povos antigos que, nas guerras, os vencedores escravizassem os vencidos. Esse suposto direito fundamentava-se na ideia de que, a princípio, o vencedor poderia matar o vencido, o qual, porém, poderia preservar a vida ao preço de sua liberdade.

Platão, ao que parece, não se opõe inteiramente a esse costume. No entanto, recomenda que se aplique apenas aos inimigos estrangeiros e não aos gregos. Vale lembrar que as cidades gregas frequentemente entravam em conflito entre si.¹

Com relação ao papel das mulheres, considerando que na sociedade grega antiga elas nem sequer eram cidadãs, Platão surpreende defendendo a ideia de que, no caso das mulheres dos magistrados ou guardiões, as que se mostrassem capazes poderiam exercer as mesmas funções e receber a mesma educação.

Mas como isso seria possível se homem e mulher têm naturezas diferentes e se o próprio Platão afirmara que a cidade justa é aquela em que cada um exerce a atividade para a qual está apto por natureza? Nesse sentido, homem e mulher não poderiam exercer uma mesma atividade.

Na realidade, diz Platão, as diferenças entre homens e mulheres são apenas acidentais (como o fato de a mulher dar à luz e o homem procriar) e não por natureza. Portanto, ambos podem ocupar-se das mesmas funções. Nas palavras do autor:

“Ah! Meu amigo, entre as ocupações da administração da cidade, nenhuma cabe à mulher porque ela é mulher, nem ao homem porque ele é homem, mas as qualidades naturais estão igualmente disseminadas nos dois sexos e, por natureza, a mulher participa de todas as ocupações e de todas também o homem, mas em todas elas a mulher é mais fraca que o homem”.²

Se homem e mulher podem desempenhar funções idênticas, é natural que recebam então a mesma educação:

“Então, para que uma mulher se torne guardiã, não haverá entre nós uma educação para os homens e outra para as mulheres, principalmente porque ela irá cuidar de uma mesma natureza”.³

Mais adiante, no livro VII, ao descrever como deve ser a educação do governante da cidade, Platão reitera pela boca de Sócrates: “Não penses que o que eu disse cabe mais aos homens que às mulheres, a quantas delas por natureza forem competentes”.⁴

A ideia de que a mulher é mais fraca do que o homem, expressa ao final da citação apresentada, absolutamente dispensável e inaceitável aos nossos olhos contemporâneos, revela os limites do pensamento de Platão, particularmente com relação ao papel da mulher. Afinal, como qualquer pessoa, ele também está, em grande medida, condicionado pelos valores dominantes de sua época. Tal condicionamento, porém, não anula o caráter relativamente avançado e inovador de suas posições a esse respeito, comparativamente a esses mesmos valores.

¹ PLATÃO. *A República*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2006. p. 205-208 [469c-471c].

² Idem, p. 184 [455e].

³ Idem, p. 186 [456d].

⁴ Idem, p. 303 [540c].

Texto elaborado especialmente para este Caderno.

Para complementar o estudo do tema desta aula são propostas ainda duas atividades. A primeira consiste em analisar, em grupos, o conteúdo de anúncios publicitários em revistas e/ou na televisão no que se refere ao papel da mulher. Para viabilizá-la, selecione previamente alguns desses anúncios (por exemplo, de margarina, produtos de

limpeza, de eletrodomésticos, de roupas, joias e bijuterias, e mesmo propagandas de artigos dirigidos predominantemente ao público masculino e que utilizam mulheres, como as de cerveja e automóveis, por exemplo) e os leve para a classe a fim de que sejam analisados e comentados pelos alunos. Outra possibilidade seria gravar alguns co-

merciais de televisão com esse tipo de conteúdo e exibi-los em classe, para que sejam analisados conjuntamente pelos alunos. Essa opção, porém, depende, naturalmente, de a escola possuir as condições materiais necessárias, como videocassete ou *data-show*. Avالية, portanto, o que é mais adequado à sua situação. O objetivo é evidenciar como os meios de comunicação, a despeito das conquistas já obtidas pelas mulheres, ainda acentuam o seu papel social de donas de casa e praticamente ignoram o fato de ocuparem espaços na política. É também uma oportunidade para conhecer a posição dos alunos sobre esse assunto.

A segunda atividade, a ser realizada em casa, pede aos alunos que façam uma breve pesquisa na internet ou em outras fontes sobre o tema *A participação política das mulheres no Brasil*. O intuito é levar à comparação entre a participação das mulheres (tanto como eleitoras quanto como candidatas) com a dos homens e verificar se há diferenças e em que medida elas ocorrem. Assim, pretende-se articular o estudo sobre Platão com aspectos da realidade atual. Uma possível forma de fazer essa articulação é, depois de concluída a pesquisa, propor a seguinte questão: Se, como dizia Platão, “entre as ocupações da administração da cidade, nenhuma cabe à mulher porque ela é mulher, nem ao homem porque ele é homem, mas as qualidades naturais estão igualmente disseminadas nos dois sexos e, por natureza, a mulher participa de todas as ocupações e de todas também o homem” (PLATÃO. *A República*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006. p 184 [455e]), *por que na sociedade brasileira a participação das mulheres na política ainda é tão pequena?* Entre muitas fontes para esta pesquisa, você pode indicar aos alunos os seguintes sites:

- ▶ *Biblioteca Virtual da Mulher*. Disponível em: <<http://www4.prossiga.br/bvmulher/cedim/index.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2008.
- ▶ *Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1880&Itemid=2>. Acesso em: 26 dez. 2008.
- ▶ *Jornal O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/03/08/294842831.asp>>. Acesso em: 26 dez. 2008.
- ▶ *Mais Mulheres no Poder*. Disponível em: <http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/_estudos.html>. Acesso em: 26 dez. 2008.
- ▶ *Tribunal Superior Eleitoral*: siga os links: Eleições; Estatística das eleições 2006; Cargo e sexo. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2006/cargo_sexo_blank.htm>. Acesso em: 26 dez. 2008.
- ▶ *Universia*. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=9813>>. Acesso em: 26 dez. 2008.

Avaliação da Situação de Aprendizagem

A avaliação deve verificar se as competências e habilidades esperadas foram satisfatoriamente desenvolvidas. Como as atividades sugeridas ao longo dessas quatro aulas visavam a esse objetivo, elas mesmas podem ser tomadas como instrumentos de avaliação. De todo modo, a título de colaboração, apresentamos outras duas atividades. A primeira consiste em um conjunto de questões ao estilo de uma prova, cujo objetivo principal é verificar a apropriação do conteúdo estudado pelos alunos. As respostas aqui apresentadas são apenas indicativas, cabendo a você, professor,

aprofundá-las e enriquecê-las. A segunda é uma dissertação cujo propósito é estimular a reflexão crítica dos alunos, sem descuidar, porém, da incorporação de elementos do conteúdo estudado nessa reflexão.

Atividade de avaliação 1

Com base no estudo realizado, responda:

1. Como Platão define a justiça e por que, para ele, a desigualdade de classes não é injusta? Esclareça a concepção do autor e posicione-se em relação a ela.

Como vimos, para Platão a justiça consiste na medida justa, o que, no âmbito social, significa que cada pessoa deve desempenhar na sociedade o papel correspondente à sua própria natureza. Como as pessoas possuem naturezas diversas, é natural que exerçam papéis sociais diferentes, os quais correspondem às classes sociais. Daí porque, para Platão, a desigualdade de classes não seja injusta, desde que os integrantes de cada classe estejam em harmonia com sua natureza. Espera-se que o aluno se posicione criticamente em relação a esta concepção.

2. Resuma brevemente o mito dos nascidos da terra. Com que finalidade Platão o utiliza?

Todos os gregos são irmãos entre si, pois todos são filhos da mesma terra. No entanto, no processo de sua formação, o deus misturou neles em medidas diferentes ouro, prata e bronze, e esta diferença é que explica as diversas naturezas e os diversos papéis sociais (classes). Mesmo sabendo que se trata de uma “mentira”, Platão utiliza este mito para ilustrar sua ideia de justiça e para reforçar a importância e a responsabilidade da classe dos guardiões.

3. Como a teoria da alma, de Platão, contribui para justificar a sociedade de classes? Em que

sentido se pode dizer que a posição de Platão sobre a mulher é avançada para sua época?

A teoria da alma, de Platão, contribui para justificar a sociedade de classes ao atribuir determinadas características e virtudes, tidas como inatas, aos indivíduos de cada classe social, legitimando, assim, o papel e a condição social de cada um.

A teoria de Platão sobre a mulher é avançada para sua época no sentido de que ele amplia significativamente o espaço de participação política para a mulher, chegando a admitir que ela ocupe cargos diretivos, em um contexto em que ela nem sequer era considerada cidadã.

4. O que você pensa da forma como Platão explica a desigualdade de classes? Argumente fundamentando sua posição.

Espera-se com essas perguntas que os alunos demonstrem um conhecimento razoável do pensamento de Platão sobre a questão da desigualdade e que sejam capazes de se posicionar em relação a ele.

Atividade de avaliação 2

Escreva uma breve reflexão pessoal (20 a 30 linhas) sobre o tema: “A participação política da mulher na sociedade brasileira”. Espera-se que os alunos demonstrem ter incorporado em seu repertório cultural elementos trabalhados em sala de aula que lhes permitam superar a concepção de senso comum e avançar para uma compreensão mais crítica e fundamentada do problema.

Propostas de Situações de Recuperação

Caso os alunos não consigam obter o rendimento esperado, apresentamos algumas sugestões de atividade de recuperação.

Proposta 1

Peça aos alunos que preparem em casa uma exposição oral sobre o documento *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, se possível utilizando algum recurso visual (*slides*, retroprojeter, cartaz etc.) que lhes permita mostrar gráficos e/ou gravuras sobre os dados que serão apresentados. Nessa exposição, devem ser abordados os seguintes temas:

- a) população;
- b) educação;
- c) mercado de trabalho;
- d) serviço doméstico;
- e) habitação;
- f) acesso a bens duráveis;
- g) exclusão digital;
- h) pobreza e desigualdade.

Para tanto, será preciso consultar o documento na íntegra, indo além do resumo contido no Caderno do Aluno. Espera-se que, nesta exposição, os alunos se mostrem capazes de interpretar criticamente as informações selecionadas e de tecer comentários a elas pertinentes. Além da apresentação oral, eles devem entregar uma síntese escrita (20 a 30 linhas), comentando o conteúdo exposto.

Proposta 2

Com base no estudo realizado, os alunos poderão elaborar uma dissertação (20 a 30 linhas) sobre o seguinte tema: a desigualdade de classes na perspectiva de Platão. Espera-se que demonstrem ter compreendido a forma como Platão justifica essa desigualdade e incluam em seu texto, de forma articulada, citações dos excertos contidos nas leituras do Caderno do Aluno, indicando corretamente as referências bibliográficas. Você também pode sugerir leituras complementares que enriqueçam o trabalho.

Considerações finais

Nesta Situação de Aprendizagem, enfatizamos a concepção platônica da desigualdade social a partir das considerações do autor a esse respeito em sua obra *A República*. Na Situação de Aprendizagem a seguir continuaremos com o tema da desigualdade, focalizando-o, porém, em uma perspectiva diametralmente diferente, expressa na obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de Jean-Jacques Rousseau. O objetivo é apresentar a desigualdade como convenção, ou seja, como obra humana, derivada da invenção da propriedade privada e da forma como os homens decidem se organizar em sociedade. Esperamos, também, problematizar a perspectiva de Rousseau, evidenciando os limites da igualdade formal por ele propugnada através do contrato social.

TEMA 4 – A DESIGUALDADE SEGUNDO ROUSSEAU NO DISCURSO SOBRE A ORIGEM DA DESIGUALDADE ENTRE OS HOMENS

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM 4 A DESIGUALDADE SEGUNDO ROUSSEAU

Esta Situação de Aprendizagem tem como objetivo apresentar a visão de Rousseau sobre a desigualdade e o caminho por ele proposto para a sua superação por meio do contrato social. Assim, com base na obra supracitada, serão abordados os seguintes aspectos: a distinção entre *desigualdade natural* e *desigualdade moral* ou *política*; o método empregado por Rousseau na formulação de suas considerações; a caracterização do ser humano no estado de natureza; a distinção entre o ser humano e os outros seres; as características inatas ao ser humano: a perfectibilidade e a piedade; a propriedade privada como origem da desigualdade; as leis e o Estado como instituições a serviço dos ricos; o contrato social como meio para a restauração da igualdade

(formal); a conciliação entre obediência à lei e liberdade individual; os limites da igualdade formal ou jurídica.

Esperamos que os alunos confrontem as posições de Platão e de Rousseau, percebendo claramente as diferenças de perspectivas entre eles, e se sintam capazes de se posicionar com consistência em relação a ambos.

Novamente a ideia é que os alunos reflitam criticamente sobre os aspectos mencionados, de forma individual e coletiva, e se expressem oralmente e por escrito a respeito deles de forma rigorosa, com a mediação do professor e da leitura dos textos contidos no Caderno do Aluno.

Tempo previsto: 4 aulas.

Conteúdos e temas: desigualdade natural e desigualdade social; o método de Rousseau; o ser humano no estado de natureza: aspectos físicos e morais; a propriedade como origem da desigualdade; o Estado e as leis como instituições a serviço da defesa da propriedade e dos interesses dos ricos; a recuperação da igualdade (formal) por meio do contrato social e os limites da igualdade formal.

Competências e habilidades: relacionar informações, representadas de diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em diferentes situações para construir argumentação consistente (Enem); distinguir a perspectiva de Platão (natureza) da concepção de Rousseau (convenção) acerca da desigualdade social; compreender a argumentação de Rousseau acerca da origem da desigualdade e de como superá-la por meio do contrato social; problematizar o papel social do Estado e das leis; ler, compreender e interpretar textos teóricos e filosóficos; expressar-se por escrito e oralmente de forma sistemática; elaborar hipóteses e questões a partir das leituras e dos debates realizados.

Estratégias: levantamento das noções contidas no senso comum sobre a desigualdade social no Brasil por meio de entrevistas, pesquisas na internet e discussões em grupos sobre as explicações mais comuns para a existência de pobres e ricos; leitura sistemática e problematizadora de textos e elaboração escrita do próprio pensamento; pesquisa bibliográfica e na internet; filmes.

Recursos: Caderno do Aluno e do Professor; internet; bibliografia complementar.

Avaliação: sugerimos que sejam avaliados o domínio pelos alunos do conteúdo (conceitos, ideias, raciocínios etc.) estudado; sua capacidade de expressão clara, fluente, coerente, bem articulada e consistente (bem fundamentada, buscando superar o senso comum); o envolvimento dos alunos nas atividades propostas. Como instrumentos de avaliação, recomendamos dissertações individuais; provas dissertativas e reflexivas; verificação das atividades do Caderno do Aluno; outros trabalhos que o professor julgar adequados e pertinentes.

Sondagem e sensibilização

Como o tema central permanece o mesmo da Situação de Aprendizagem anterior, com alteração do enfoque, consideramos que a sondagem feita anteriormente atende também às exigências desta. Por isso, dedicamos apenas uma atividade a essa finalidade, a qual consiste em solicitar aos alunos que, em grupos, respondam à seguinte pergunta: *Em que consiste a diferença entre algo estabelecido por convenção e algo determinado pela natureza? Dê exemplos.* O objetivo é verificar a ideia que os alunos trazem desses conceitos, problematizá-la junto com eles e esclarecer o seu significado a fim de salientar, desde o início, um dos principais aspectos pelos quais Platão e Rousseau se diferenciam quanto à interpretação da desigualdade social.

Feita essa discussão preliminar, sugerimos passar ao trabalho com o texto *Desigualdade natural e desigualdade social*, disponível no

Caderno do Aluno e reproduzido a seguir. Antes, porém, seria aconselhável fazer uma breve introdução ao autor, apresentando dados relativos ao contexto em que ele viveu, aspectos principais de seu pensamento e algumas de suas obras mais importantes. Na contextualização histórica, é importante retomar, ainda que sucintamente, as características do Iluminismo, lembrando que Rousseau assume uma posição peculiar em relação a esse movimento, na medida em que, embora não despreze a racionalidade, concede valor primordial aos sentimentos. Cabe lembrar, também, que se trata de um período de transição, às vésperas da Revolução Francesa, evento que marcará o triunfo da burguesia e da passagem do Antigo Regime para o capitalismo. Nesse sentido, Rousseau, apesar de sua perspectiva crítica com relação a certos valores acalentados pela burguesia (como o luxo e a ostentação, por exemplo), e mesmo com relação à propriedade privada, ainda se constitui como ideólogo da burguesia e um dos precursores do liberalismo político.

Desigualdade natural e desigualdade social

Em 1753, a Academia de Dijon, na França, lançou um concurso no qual os interessados deveriam discorrer sobre a seguinte questão: “Qual é a origem da desigualdade entre os homens e se é autorizada pela lei natural?”. Jean-Jacques Rousseau já havia vencido anteriormente um concurso semelhante, proposto pela mesma academia, sobre o tema “Se o progresso das ciências e das artes contribuiu para corromper ou apurar os costumes”. Resolve, então, participar de novo, escrevendo seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Vejamos como, nesse texto, o autor explica o surgimento da desigualdade social.

Inicia distinguindo dois tipos de desigualdade: uma instituída pela natureza e outra produzida pelos homens. Deixemos, porém, que o próprio autor, em sua obra, explique mais claramente a diferença entre elas:

“Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles.”¹

No caso da desigualdade natural, diz Rousseau, não é necessário perguntar sobre sua causa porque “a resposta se encontraria enunciada na simples definição da palavra”:² ela decorre da natureza. Por isso, o autor vai se dedicar a investigar as origens da desigualdade que ele chama de “moral ou política”, isto é, da desigualdade social, procurando compreender o processo pelo qual ela foi gradualmente instituída pelos homens, desde os tempos mais remotos, até chegar ao estado em que se encontrava à época em que ele vivia (Europa do século XVIII).

Quanto ao método que adota para empreender tal investigação, esclarece que utilizará “raciocínios hipotéticos e condicionais” de modo que suas conclusões não devem ser tomadas como “verdades históricas”.³ Também não levará em consideração as explicações dadas pela religião, segundo as quais a desigualdade resultaria da vontade de Deus, preferindo deixar de lado os dogmas da fé e, fazendo uso apenas da razão, “formar conjecturas, tiradas somente da natureza do homem e dos seres que o rodeiam”.⁴ Esclarece, ainda, que não se preocupará em estudar o homem desde a sua origem, naquilo que poderia ser o “primeiro embrião da espécie”,⁵ para entender como por meio de sucessivos desenvolvimentos ele chegou a ser o que é atualmente. Diz o autor:

“[...] não me deterei a rebuscar no sistema animal o que teria podido ser no começo para se tornar enfim o que é. Não examinarei, como o supõe Aristóteles, se suas unhas alongadas não foram primeiro garras aduncas; se não era peludo como um urso; e se, ao andar de quatro patas, o seu olhar dirigido para a terra e limitado a um horizonte de alguns passos não marcaria ao mesmo tempo o caráter e o limite de suas ideias.”⁶

Na realidade, Rousseau opta por não recorrer aos conhecimentos disponíveis já naquela época sobre as possíveis mudanças na conformação física e na anatomia do homem, por se tratar de assunto sobre o qual ele apenas poderia formular “conjecturas vagas e quase imaginárias”.⁷ Em vez disso, prefere supor que o homem sempre foi constituído, em todas as épocas, como ele é hoje: “andando com dois pés, servindo-se de suas mãos como fazemos com as nossas, dirigindo o seu olhar para toda a natureza e medindo com os olhos a vasta extensão do céu”.⁸ Vale lembrar que Rousseau não conheceu a teoria da evolução, de Darwin, que somente surgiria no século XIX.

¹ ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2284>. p. 12. Acesso em: 26 dez. 2008.

² Ibidem.

³ Idem, p. 13.

⁴ Ibidem.

⁵ Idem, p. 14.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

A nosso ver, importa destacar neste texto as duas espécies de desigualdade definidas por Rousseau e suas considerações quanto aos procedimentos metodológicos que adota. No primeiro caso, distingue **desigualdade natural** de **desigualdade convencional**, esclarecendo que é desta última que irá tratar na obra em questão. No segundo, explica que utilizará **raciocínios hipotéticos e condicionais** e que, por isso, suas conclusões não podem ser tomadas como **verdades históricas**. Acreditamos que essa informação é importante para que os alunos evitem justamente tomá-las como tais e também para que entrem em contato com esse tipo de raciocínio (hipotético e condicional) empregado pelo autor. Na realidade, na primeira aula da Situação de Aprendizagem 3, quando lhes foi solicitado que escrevessem uma dissertação formulando uma **hipótese** sobre o tema *Por que existem pobres e ricos?*, pretendíamos, também, que experimentassem, logo de início, esse estilo de raciocínio, empregando-o espontaneamente. Sugerimos, portanto, que você destaque esse fato: o de que eles já realizaram um tipo de reflexão parecido com o que agora vão estudar mais rigorosamente através de Rousseau.

Ainda sobre as considerações metodológicas do autor, convém reforçar também que ele opta por deixar de lado tanto as explicações religiosas para a desigualdade, preferindo buscar compreender seu objeto de estudo apenas pela luz da razão (e neste ponto ele parece estar em perfeita sintonia com o movimento Iluminista), quanto os conhecimentos já disponíveis em sua época sobre as mudanças na conformação física e anatômica do ser humano. Não está preocupado, portanto, em descrever a evolução biológica do homem, mas em compreender os traços característicos de sua natureza e os caminhos pelos quais passou do estado de natureza ao estado social, culminando com a instituição da desigualdade.

Para reforçar e ampliar o entendimento do texto são propostas duas atividades em grupos. A primeira solicita aos alunos que respondam à seguinte questão: *Com base na distinção feita por Rousseau entre desigualdade*

de natural e desigualdade por convenção, como você classifica a desigualdade social no Brasil? Justifique. A segunda, associada a esta, pede que analisem diversas respostas, adaptadas de opiniões colhidas na internet, para a pergunta *Por que existem pobres e ricos?*. O objetivo é permitir que os alunos tomem contato com explicações do senso comum para essa questão e reflitam criticamente sobre a dissertação que escreveram na primeira aula da Situação de Aprendizagem 3. É possível que algumas das respostas obtidas na internet coincidam com algumas das que foram dadas pelos alunos. Nesse caso, seria interessante observar a reação dos alunos e verificar se o posicionamento original permaneceu inalterado ou se já avançou qualitativamente.

Como estudo complementar, a exemplo do que foi proposto com relação a Platão, você pode solicitar que os alunos, em casa, pesquisem sobre Rousseau na internet e/ou em outras fontes, considerando os seguintes aspectos:

- ▶ elementos do contexto histórico;
- ▶ dados biográficos, incluindo curiosidades sobre ele;
- ▶ aspectos de sua filosofia;
- ▶ algumas de suas obras.

A ideia de inserir os dados coletados em um quadro especificamente destinado para este fim é habituar os alunos, pouco a pouco, ao estudo sistemático, organizado, e ao fichamento de textos.

A seguinte aula tem como tema *O homem no estado de natureza*. Como motivação inicial, propomos a leitura de alguns trechos do documento histórico *A Carta do Achamento do Brasil*, de Pero Vaz de Caminha, bem como a análise da pintura *Desembarque de Cabral em Porto Seguro em 1500*, de 1922, de Oscar Pereira da Silva. Ambos trazem uma visão romântica e idealizada dos indígenas brasileiros que não corresponde exatamente à realidade histórica. Nesta atividade, os alunos devem identificar as características físicas e morais dos indígenas, as quais, mais adiante, serão comparadas com as que Rousseau atribui ao homem no estado de natureza.

O texto de referência para este tema é *O homem no estado de natureza*, inserido no Caderno do Aluno e reproduzido a seguir. Nele, ao descrever esse homem, Rousseau apresenta suas características físicas e morais. Em ambos os casos, o homem primitivo era melhor que o homem civilizado. Rousseau distingue, também, duas características inatas e inerentes à natureza humana: a perfectibilidade e a piedade. A primeira é a capacidade do homem para se aperfeiçoar, o que constitui um dos atributos a diferenciá-lo dos animais. Além disso, a perfectibilidade é a grande responsável por retirar

o homem do estado de natureza, permitindo que se instaurasse a desordem e a guerra. A segunda consiste na “repugnância inata de ver sofrer o seu semelhante”. Dessa ideia de piedade inata decorre a tese do *bom selvagem* atribuída a Rousseau. Consideramos pertinente e relevante inserir também, ainda que em nota, a distinção feita pelo autor entre “**amor de si**” (inato e voltado para a preservação da vida) e “**amor-próprio**” (socialmente adquirido e origem de muitos males) por entender que ela pode inspirar a reflexão crítica sobre os valores que predominam na sociedade atual.

O homem no estado de natureza

Segundo Rousseau (*Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*), antes de existir no estado social, isto é, de viver em sociedade, o homem existia no estado de natureza.

Do ponto de vista físico, esse homem primitivo, embora fosse menos forte e ágil em certos aspectos do que muitos animais, no conjunto levava vantagem sobre todos eles; a terra, naturalmente fértil e coberta de florestas imensas “que o machado jamais mutilou”,¹ lhe permitia satisfazer todas as suas necessidades naturais (alimentação, reprodução, abrigo etc.) sem grandes dificuldades; acostumado desde a infância às intempéries da natureza, à intensidade das estações, à fadiga, a defender de mãos vazias e nu a si mesmo e à sua prole de animais ferozes ou deles escapar correndo, valendo-se para isso apenas de seu próprio corpo, mostrava-se fisicamente robusto e ágil, muito mais do que qualquer homem poderia ser nos tempos atuais; graças à sua robustez, praticamente não conhecia doenças, exceto os ferimentos naturalmente decorrentes da velhice; visto que a conservação de sua vida era praticamente sua única preocupação, era natural que os sentidos mais desenvolvidos fossem aqueles mais diretamente voltados para esse objetivo (subjugar a presa ou escapar de tornar-se uma), como a vista, a audição e o olfato, ao passo que o tato e o paladar podiam permanecer rudes. Em suma, a exemplo do que ocorre com os animais que, uma vez domesticados, perdem força, vigor e coragem, também o homem, no estado de natureza, é muito melhor fisicamente do que no estado social.

Do ponto de vista moral, ao contrário dos animais que se limitam a seguir as regras prescritas pela natureza, o homem se constitui como **agente livre**,² podendo escolher ou rejeitar essas regras. Assim, enquanto “um pombo morre de fome perto de uma vasilha cheia das melhores carnes, e um gato sobre uma porção de frutas ou de grãos, embora ambos pudessem nutrir-se com os alimentos que desdenham, se procurassem experimentá-los”,³ o homem, dotado de vontade, é capaz não apenas de diversificar seus alimentos, como também de continuar a comer quando sua necessidade natural já foi satisfeita, ainda que isso lhe cause prejuízo à saúde.

É justamente essa sua condição de agente livre, e a consciência que possui dessa liberdade, uma das diferenças entre o homem e os animais, segundo Rousseau.

“A natureza manda em todo animal, e a besta obedece. O homem experimenta a mesma impressão, mas se reconhece livre de aquiescer ou de resistir; e é sobretudo na consciência dessa liberdade que se mostra a espiritualidade de sua alma”.⁴

Outra característica distintiva do ser humano é a sua *perfectibilidade*, isto é, sua “faculdade de se aperfeiçoar”.⁵ Ao contrário do animal, que “é, no fim de alguns meses, o que será toda a vida, e sua espécie, ao cabo de mil anos, o que era no primeiro desses mil anos”,⁶ o homem pode, com o auxílio das

circunstâncias, desenvolver suas potencialidades, as quais se encontram tanto no indivíduo quanto na espécie. Infelizmente, diz Rousseau, é justamente essa capacidade distintiva e quase ilimitada do homem para aperfeiçoar-se a fonte de todos os seus males, uma vez que é ela a responsável por tirá-lo do estado de natureza no qual ele “passaria dias tranquilos e inocentes”.⁷

Quanto aos valores morais, Rousseau considera que, no estado de natureza, os homens não eram nem bons, nem maus, nem possuíam vícios ou virtudes, uma vez que não havia entre eles nenhum tipo de relação moral ou de deveres recíprocos. Na realidade, a única virtude natural que possuíam era a **piedade**, entendida como uma “repugnância inata de ver sofrer seu semelhante”.⁸ Decorre daí a ideia do bom selvagem, frequentemente associada à teoria de Rousseau. Dessa virtude natural é que resultam as virtudes sociais como a generosidade, a clemência, a humanidade, a benquerença e a comiseração.

Essa piedade natural do homem opõe-se ao seu **amor-próprio**,⁹ nele gerado pela razão e pela reflexão, típicas do estado de sociedade. É por causa da reflexão que o homem é capaz de pensar primeiro em si e, vendo sofrer um seu semelhante, dizer: “Morre, se queres; estou em segurança”.¹⁰ E complementa Rousseau:

“Pode-se impunemente degolar o semelhante debaixo da janela; é só tapar os ouvidos e argumentar um pouco, para impedir que a natureza, revoltando-se nele, o identifique com aquele que se assassina. O homem selvagem não tem esse admirável talento, e, por falta de sabedoria e de razão, vemo-lo sempre entregar-se, aturdido, ao primeiro sentimento de humanidade”.¹¹

A piedade é, pois, para Rousseau, um sentimento natural presente em todos os homens. Daí sua posição, de que o homem nasce bom e a sociedade o corrompe, ser contrária a de outros pensadores, como Hobbes, por exemplo.

“É ela que nos leva sem reflexão em socorro daqueles que vemos sofrer; é ela que, no estado de natureza, faz as vezes de lei, de costume e de virtude, com a vantagem de que ninguém é tentado a desobedecer à sua doce voz; é ela que impede todo selvagem robusto de arrebatá-lo a uma criança fraca ou a um velho enfermo sua subsistência adquirida com sacrifício, se ele mesmo espera poder encontrar a sua alhures; é ela que, em vez desta máxima sublime de justiça raciocinada, *Faze a outrem o que queres que te façam*, inspira a todos os homens esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, porém mais útil, talvez, do que a precedente: *Faze o teu bem com o menor mal possível a outrem*”.¹² Esta era, em linhas gerais, segundo Rousseau, a situação em que vivia o homem no estado de natureza, no qual a desigualdade praticamente não existia.

¹ ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2284>. p. 14. Acesso em: 26 dez. 2008.

² Idem, p. 18.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

⁷ Ibidem.

⁸ Idem, p. 24.

⁹ Rousseau adverte que não se pode confundir **amor-próprio** com **amor de si mesmo**. São dois sentimentos muito distintos. . “O amor de si mesmo é um sentimento natural que leva todo animal a velar por sua própria conservação, e que, dirigido no homem pela razão e modificado pela piedade, produz a humanidade e a virtude. O amor-próprio é apenas um sentimento relativo, factício e nascido na sociedade, que leva cada indivíduo a fazer mais caso de si do que de qualquer outro, que inspira aos homens todos os males que se fazem mutuamente, e que é a verdadeira fonte da honra” (Idem. p. 62, nota 15). Uma vez estabelecida essa distinção, o autor esclarece que, no estado de natureza o amor-próprio não existe.

¹⁰ ROUSSEAU, J.-J. *Op. cit.*, p. 25.

¹¹ Idem, p. 25-26.

¹² Idem, p. 26.

Para finalizar esta aula, propomos três questões que visam, ao mesmo tempo, a verificar a compreensão obtida pelos alunos acerca do tema estudado e propiciar espaço para que ampliem sua reflexão sobre ele. É neste momento que são solicitados a retomar os trechos da Carta de Caminha e a pintura de Oscar Pereira da Silva, a fim de compará-los com o homem no estado de natureza, tal como o caracteriza Rousseau. As questões são as seguintes:

1. Como se caracteriza o homem no estado de natureza, segundo Rousseau, do ponto de vista físico e moral?

A resposta encontra-se no segundo e no terceiro parágrafos do texto O homem no estado de natureza.

2. Você vê alguma semelhança entre esse homem caracterizado por Rousseau e a descrição feita por Caminha e por Oscar Pereira da Silva do índio brasileiro? Justifique.

Espera-se que o aluno identifique semelhanças, tanto no aspecto físico (alimentação, vestimenta, vida rudimentar, economia primitiva etc.), quanto no aspecto moral (inocência, bondade, cordialidade). Cabe lembrar que, segundo se acredita, a Carta de Caminha pode ter influenciado a visão de Rousseau sobre o bom selvagem.

3. Qual é a diferença entre **amor de si** e **amor-próprio** segundo Rousseau? Qual dessas formas de amor predomina na sociedade atual? Comente.

A resposta pode ser encontrada na nota 1 do texto O homem no estado de natureza. Trata-se de uma explicação do próprio Rousseau. Em resumo, o amor de si mesmo é o sentimento natural de preservação da própria vida, ao passo que o amor-próprio

é socialmente construído e consiste em preocupar-se mais consigo mesmo do que com os outros.

Como atividade complementar, sugerimos que os alunos assistam, em casa, ao filme *O enigma de Kaspar Hauser*, de Werner Herzog, Alemanha, 1974, 110min., tendo em mente a seguinte questão: *Como seria a vida de uma pessoa que não tivesse tido contato com a civilização? Você pode propor outros filmes e outras questões que julgar mais adequados aos seus objetivos. Uma possível forma de desenvolver esta atividade seria projetar o filme em um local amplo para todos os alunos do Ensino Médio, ou até mesmo para um público maior, conferindo à atividade um caráter interdisciplinar. Cabe, porém, a você avaliar a pertinência, a possibilidade e a conveniência de o fazer.*

A próxima aula tem como tema *A propriedade privada como origem da desigualdade*. Como motivação inicial, propomos que os alunos discutam em grupos três artigos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, nos quais a propriedade privada aparece como direito natural e associada ao princípio da igualdade entre os homens, associação esta que passará a se constituir em um dos pilares do liberalismo político. A lógica é mais ou menos a seguinte: todos os homens são iguais em direitos. O Estado existe para defender esses direitos. Ora, a propriedade é um direito natural. Portanto, o Estado existe para defender também o direito à propriedade. Como todos os homens são iguais em direitos e, portanto, também no direito à propriedade, a defesa da propriedade pelo Estado beneficia todos. Eis, portanto, a essência da teoria liberal do Estado, no que tange ao direito à propriedade. Introduce-se, assim, o tema da propriedade, que será objeto desta aula. Vale lembrar, também, que a Declaração de 1789 é praticamente contemporânea a Rousseau (que morreu em 1778) e que seu pensamento certamente influenciou sua elaboração.

O texto intitulado *A propriedade privada como origem da desigualdade social* visa a esclarecer a perspectiva de Rousseau acerca da origem da desigualdade, tema central desta Situação de Aprendizagem, que ele localiza no surgimento da propriedade privada. Rompida a igualdade original, instaura-se a desordem e o **estado de guerra**, o qual se torna muito mais oneroso para os ricos que têm muito mais a perder que os pobres. Daí a instituição do Estado e das leis que, sobretudo durante o Antigo Regime, cumpriam a função de proteger os interesses dos ricos e impor entraves aos pobres.

Propomos, então, que você recomende aos alunos que leiam atentamente o texto a seguir, inserido também no Caderno do Aluno e, de-

pois, que respondam às questões relacionadas no Caderno do Aluno, a fim de reforçar e ampliar o entendimento da leitura. São elas:

1. Quais foram, segundo Rousseau, os efeitos do surgimento da propriedade privada?
2. Que papel cumprem, segundo o autor, as leis e o Estado com relação à propriedade?
3. Comente o significado da frase: “todos correram para as suas cadeias de ferro, acreditando assegurar a própria liberdade” (Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2284> Acesso em: dez 2008. p. 37).

A propriedade privada como origem da desigualdade social

Após ter demonstrado a quase inexistência da desigualdade no estado de natureza, Rousseau, ainda raciocinando hipoteticamente, passa a descrever como ela surge e se desenvolve ao longo da história, procurando demonstrar que o momento determinante para esse surgimento foi o da invenção da propriedade privada.

“O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: ‘Isto é meu’, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: ‘Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!’”¹

Mas como a humanidade chegou a esse ponto? Segundo Rousseau, isso ocorreu graças a uma série de acasos que levaram a sucessivos progressos, ao aperfeiçoamento da razão humana e à deterioração da espécie, tornando mau um ser que era naturalmente bom ao transformá-lo em ser social.² Dentre os progressos obtidos, destacam-se: o aprimoramento das habilidades físicas, proporcionado pela necessidade de sobrevivência; a descoberta das armas naturais (galhos e pedras) e a criação de outras (arco-e-flecha, lanças etc.); a invenção da pesca; a percepção de certas relações (grande, pequeno, forte, rápido, lento, medroso, corajoso etc.), levando a certo nível de reflexão; a consciência da superioridade em relação aos animais, gerando o sentimento de orgulho; as primeiras associações com seus semelhantes para fins de defesa mútua; o desenvolvimento dos instrumentos de produção mais eficientes (machados de pedras cortantes); o aparecimento das famílias e de uma espécie de propriedade das habitações; o surgimento do amor conjugal e do amor paternal, fruto do hábito de viver junto; o estabelecimento da primeira diferença no modo de viver de cada sexo, até então inexistente: as mulheres tomando conta da cabana e os homens provendo a subsistência; o aprimoramento da linguagem; a formação das ideias de mérito e beleza, produzindo sentimentos de preferência; o surgimento do amor e do ciúme; o aparecimento do canto e da dança como formas de distração; o nascimento de sentimentos como a vaidade, a inveja, a vergonha e a vingança; a invenção da metalurgia e da agricultura.

Aos poucos, os mais fortes e habilidosos começaram a se destacar, aprofundando a desigualdade. Assim, o homem, que antes era livre, passou a ser escravo de seus semelhantes e a ambição devoradora

que se apossou dos homens passou a inspirar em todos eles uma “tendência a se prejudicarem mutuamente, uma inveja secreta tanto mais perigosa quanto, para dar o golpe com mais segurança, toma muitas vezes a máscara de benevolência”.³

Desse modo, conclui Rousseau, rompeu-se a igualdade do estado de natureza e instaurou-se “a pior desordem”:

“[...] as usurpações dos ricos, os assaltos dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, sufocando a piedade natural e a voz ainda mais fraca da justiça, tornaram os homens avarentos, ambiciosos e maus. [...] A sociedade nascente foi praça do mais horrível estado de guerra: o gênero humano, aviltado e desolado, não podendo mais voltar atrás, nem renunciar às infelizes aquisições já obtidas, e não trabalhando senão para a sua vergonha pelo abuso das faculdades que o honram, se colocou também na véspera de sua ruína”.⁴

Estes são, pois, segundo Rousseau, os primeiros efeitos nocivos da instituição da propriedade.

Instaurada a desigualdade e o “estado de guerra” entre os homens, os ricos precisavam criar mecanismos para legitimar e perpetuar sua condição. Sabiam muito bem, diz Rousseau, que suas usurpações apoiavam-se em um “**direito precário e abusivo**” e que, tendo adquirido suas posses pelo uso da força, não poderiam reclamar caso estas lhes fossem tomadas da mesma maneira.⁵

“Bem podiam dizer: ‘Fui eu quem construí este muro; ganhei este terreno com o meu trabalho’. – ‘E quem vos deu o material?’ – poder-se-ia responder-lhes – ‘E em virtude de que pretendeis ser pagos à nossa custa por um trabalho que não vos impusemos? Ignorais que uma multidão de vossos irmãos perece ou sofre da necessidade daquilo que tendes demais, e que precisaríeis de um consentimento expresso e unânime do gênero humano para vos apropriardes de tudo que na subsistência comum vai além da vossa?’”.⁶ Assim, munido pela necessidade, o rico concebeu uma forma de transformar em aliados seus adversários, inspirando-lhes máximas e criando instituições que servissem a seus propósitos.

“‘Unamo-nos’, – lhes disse, – ‘para livrar da opressão os fracos, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse do que lhe pertence: instituíamos regulamentos de justiça e de paz, aos quais todos sejam obrigados a se conformar, que não façam acepção de pessoas e que de certo modo reparem os caprichos da fortuna, submetendo igualmente o poderoso e o fraco a deveres mútuos. Em uma palavra, em vez de voltar nossas forças contra nós mesmos, reunamo-las em um poder supremo que nos governe segundo leis sábias, que proteja e defenda todos os membros da associação, repila os inimigos comuns e nos mantenha em uma eterna concórdia’”.⁷ Desse modo, “Todos correram para as suas cadeias de ferro, acreditando assegurar a própria liberdade”.⁸ E complementa Rousseau:

“Tal foi ou deve ter sido a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram sem remédio a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, de uma astuta usurpação fizeram um direito irrevogável, e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram para o futuro todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria”.⁹

Em suma, pode-se concluir que, para Rousseau, a desigualdade, insignificante no estado de natureza, instituiu-se por obra do próprio homem, pelo desenvolvimento de nossas faculdades e pelo progresso de nosso espírito, consolidando-se finalmente pelo estabelecimento da propriedade e das leis.

¹ ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=2284>. p. 29-30. Acesso em: 26 dez. 2008.

² Idem, p. 29.

³ Idem, p. 36.

⁴ Ibidem.

⁵ Ibidem.

⁶ Idem, p. 37.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

A última aula desta Situação de Aprendizagem aborda o contrato social como caminho proposto por Rousseau para a superação da desigualdade e da injustiça, e para a recuperação da igualdade perdida do estado de natureza.

Como atividade de motivação inicial, sugerimos que você solicite aos alunos que, em grupos, leiam, comparem e discutam dois excertos, reproduzidos aqui: um deles extraído do artigo 5º da Constituição Brasileira, que fixa, entre outros, o princípio da igualdade de todos perante a lei e o do direito à propriedade, e outro retirado do documento *Retrato das desigualdades de gênero e raça*, de autoria de Márcio Porchmann. Para nortear essa comparação propomos a seguinte questão: *A igualdade formal (perante a lei) é suficiente para garantir a igualdade e a justiça na sociedade?*

Com isso, procuramos antecipar a atitude crítica e problematizadora com relação ao princípio liberal da igualdade formal que, esperamos, seja adquirida ao término desta Situação de Aprendizagem.

“[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...]

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social. [...]”

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil –1988. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 fev. 2009.

“O Brasil é um país marcado por desigualdades: sociais, econômicas, regionais, etárias, educacionais. Transversalmente a estas, permeando e potencializando os seus mecanismos de exclusão, estão as desigualdades de gênero e de raça. A pregnância do legado cultural escravocrata e patriarcal é, ainda, de tal forma profunda que, persistentemente, homens e mulheres, brancos e negros continuam a ser tratados desigualmente. Um e outro grupo têm oportunidades desiguais e acesso assimétrico aos serviços públicos, aos postos de trabalho, às instâncias de poder e decisão e às riquezas de nosso país.

Apesar da igualdade formal, presente na letra da lei e de importância inquestionável, é na vivência cotidiana que a ideologia que reforça iniquidades de gênero e raça é mais explicitamente percebida. Imiscuindo-se insidiosamente nas relações sociais, produz discrepâncias que redundam em exclusões. Nos bancos escolares, no interior das empresas, nas cidades, nas famílias, no campo, no interior dos lares, nos hospitais, nas favelas e em cada parte da nossa sociedade, negros são discriminados por sua cor/raça e mulheres, por seu sexo.

[...] Somente quando a **igualdade formal** se traduzir **em igualdade real** poderemos nos orgulhar da consolidação da nossa democracia.”

POCHMANN, Márcio, presidente do Ipea. In: *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. p. II. (Grifos dos autores.) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/livreto_retrato_3edicao.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2008.

Depois, solicite aos alunos que leiam o texto a seguir, contido também no Caderno do Aluno.

O contrato social e a igualdade formal

Apesar de sua crítica mordaz aos rumos tomados pela civilização, Rousseau não propõe o retorno da humanidade ao estado de natureza, o que, de resto, seria impossível. Uma vez instituída a sociedade civil, não há mais caminho de volta. Trata-se, agora, de encontrar uma forma de assegurar que a vida em sociedade esteja em conformidade com a justiça e a liberdade. Cabe, segundo o autor, na obra *Do Contrato Social*:

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça, portanto, senão a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente.”¹

Como isso seria possível? Como conciliar obediência e liberdade? A resposta estaria no contrato social, isto é, na livre associação dos indivíduos que deliberadamente decidem constituir certo tipo de sociedade e a ela obedecer. As cláusulas desse contrato se reduziriam a uma só: “a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, em favor de toda a comunidade; porque, primeiramente, cada qual se entregando por completo e sendo a condição igual para todos, a ninguém interessa torná-la onerosa para os outros”.²

Alienar significa transferir para outrem o domínio ou a propriedade de alguma coisa, renunciar (Dicionário Houaiss).³ No caso em questão, trata-se de renunciar parcialmente a si mesmo (parte de seu poder, de sua vontade, de sua liberdade) em benefício da coletividade. Como, porém, esta alienação é total, isto é, praticada por todos, cada cidadão não estará obedecendo a interesses particulares de um determinado grupo, mas à **vontade geral**, que é sempre dirigida para o bem comum. Assim, a ameaça da opressão, da injustiça e da desigualdade fica afastada.

“Enfim, cada qual, dando-se a todos, não se dá a ninguém, e, como não existe um associado sobre quem não se adquira o mesmo direito que lhe foi cedido, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde e maior força para conservar o que se tem”.⁴ Como a vontade individual de cada cidadão participa da vontade geral, visto que a alienação foi aceita por todos com liberdade, a submissão à vontade geral conduz à liberdade: cada cidadão obedece às leis que prescreveu para si mesmo.

Na realidade, Rousseau distingue “**liberdade natural**”, que consiste em fazer tudo o que se deseja e que esteja ao alcance das próprias forças, de “**liberdade civil**” ou “**liberdade moral**”, que é limitada pela vontade geral.⁵ Com o contrato, o homem perde a primeira, mas ganha a segunda. E para Rousseau, essa liberdade moral adquirida com o estado civil é a “única que torna o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, posto que o impulso apenas do apetite constitui a escravidão, e a obediência à lei a si mesmo prescrita é a liberdade”.⁶ Nesse contexto, as leis ganham novo significado: sendo resultado da vontade geral, a obediência a elas deixa de ser um mecanismo de submissão aos ricos para se tornar expressão da liberdade e da soberania do povo.

Assim, de algum modo, o contrato social compensa, com vantagem, a perda da igualdade que reinava no estado de natureza, substituindo uma eventual desigualdade natural de força e de gênio entre os homens, por uma “igualdade moral e legítima” pela qual “todos se tornam iguais por convenção e direito”.⁷ Trata-se, porém, como o próprio Rousseau reconhece, de uma igualdade formal, de direito, capaz de conviver perfeitamente com a desigualdade material, de fato.

¹ ROUSSEAU, J.-J. *Do Contrato Social*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2244>. p. 9. Acesso em: 10 abr. 2009.

² Idem, p. 10.

³ *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (edição eletrônica). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

⁴ ROUSSEAU, J.-J. *Op. cit.*, p. 10.

⁵ Idem, p. 12.

⁶ Ibidem.

⁷ Idem, p. 13.

Como vemos, o próprio Rousseau se coloca um problema: como conciliar a obediência a uma associação, a um contrato, às leis, com a liberdade dos indivíduos? A resposta, para ele, está na **alienação total** e na submissão de todos à **vontade geral**. Como todos participam dessa vontade geral, a obediência a ela significa, em última instância, obediência a si mesmo, de modo que a liberdade fica preservada.

Parece-nos particularmente interessante explorar com os alunos os conceitos de **liberdade natural** (fazer tudo o que se quer) e **liberdade civil** ou **moral**, limitada pela vontade geral. Isso porque, para Rousseau, ao contrário do que muitos pensam, principalmente, talvez, os adolescentes, essa liberdade moral é, no estado atual da humanidade, a única capaz de tornar o homem verdadeiramente senhor de si mesmo. Afinal, quem busca fazer tudo o que deseja torna-se escravo dos próprios apetites, ao passo que aquele que se submete à lei que ele também ajudou a instituir exerce a liberdade.

Desse modo, por meio das leis entendidas como fruto da vontade geral, Rousseau soluciona o problema da desigualdade, instituindo uma igualdade formal, jurídica (perante a lei) em substituição à desigualdade perdida do estado de natureza.

Novamente, a fim de reforçar e ampliar a compreensão do texto, são propostas algumas questões a ser respondidas no Caderno do Aluno. São elas:

1. Em que consiste o contrato social, tal como o concebe Rousseau?
2. O que o autor entende por alienação total?
3. Como Rousseau distingue **liberdade natural** de **liberdade civil** ou **moral**?

4. Por que para Rousseau a obediência à lei não fere a liberdade dos cidadãos?

Para concluir esta Situação de Aprendizagem propomos, ainda, duas atividades. A primeira é assistir ao curta-metragem *Pro dia nascer feliz* (Brasil, 2006. 88min.), de João Jardim, que aborda justamente o problema da desigualdade, mostrando a situação de adolescentes de seis escolas de diferentes regiões do país. Há outros inúmeros filmes que também se prestariam a esse fim, por exemplo, *Central do Brasil*, *Cidade de Deus*, *Tropa de elite*. Fica a seu critério selecionar o que considera mais apropriado. Em seguida, coordene um debate com toda a sala sobre um tema pertinente ao filme e ao conteúdo estudado.

A outra atividade solicita aos alunos que re-escrevam a dissertação que elaboraram na primeira aula da Situação de Aprendizagem 3 sobre o tema: *Por que existem pobres e ricos?*, agora, incorporando elementos do conteúdo estudado. A ideia é que, deste modo, os próprios alunos observem os avanços que conquistaram na percepção do problema da desigualdade.

Avaliação da Situação de Aprendizagem

É você quem tem as melhores condições de saber quando e como avaliar os alunos. De todo modo, apresentamos a seguir algumas sugestões.

1. A última atividade da aula anterior pode ser usada como instrumento de avaliação. Espera-se que os alunos demonstrem uma compreensão qualitativamente superior à que possuíam no início da Situação de Aprendizagem 3, incorporando, agora, elementos do conteúdo estudado. Se você conservou as dissertações elaboradas naquele momento, essa verificação será bastante facilitada.

2. Elabore uma dissertação sobre o tema: *A desigualdade em Platão e em Rousseau*. Espera-se que os alunos sejam capazes de caracterizar o pensamento dos dois autores sobre a questão da desigualdade, estabelecendo também as diferenças entre eles e se posicionando em relação a ambos.

Propostas de Situações de Recuperação

Caso alguns alunos não obtenham o rendimento esperado nesta Situação de Aprendizagem, propomos, como atividade de recuperação, as seguintes alternativas:

Proposta 1

Faça uma dissertação sobre o tema: *A concepção de Rousseau acerca da desigualdade*. Exponha claramente, com suas palavras, as ideias do autor e, ao final, posicione-se em relação a elas.

Proposta 2

Comente a afirmação de Márcio Porchmann, confrontando-a com a tese de Rousseau sobre o contrato social: “Somente quando a igualdade formal se traduzir em igualdade real poderemos nos orgulhar da consolidação da nossa democracia” (*Retrato das desigualdades de gênero e raça*. p. II; Disponível em: <www.ipea.gov.br/default.jsp>. Acesso em: 17 dez. 2008).

RECURSOS PARA AMPLIAR A PERSPECTIVA DO PROFESSOR E DO ALUNO PARA A COMPREENSÃO DOS TEMAS

Para ampliar a compreensão dos temas desenvolvidos nas Situações de Aprendizagem, assim como para oferecer subsídios teóricos, conceituais e metodológicos para o trabalho docente, indicamos as seguintes obras:

Livros

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Um dos melhores dicionários de Filosofia da atualidade. A tradução da 1ª edição brasileira, de 1998, foi coordenada e revista por Alfredo Bosi, e a tradução de textos novos, acrescidos nesta edição de 2000, foi realizada por Ivone Benedetti. Apresenta verbetes e capítulos relacionados aos temas da Situação de Aprendizagem 2.

_____. *História da filosofia*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 2001. Trata-se do primeiro volume de uma coleção que merece ser analisada por professores de Filosofia. O primeiro volume traz a Filosofia Antiga com excelentes capítulos sobre Platão e Aristóteles.

ARISTÓTELES. *De Anima*. Tradução, apresentação e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006. Livro fundamental para o estudo de Aristóteles, com tradução diretamente do grego e apresentação elaboradas durante alguns anos de estudo sobre o autor. É a primeira versão integral traduzida no Brasil.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Além de ser um livro excelente para estudo da Filosofia Antiga Clássica, especificamente para a Situação de Aprendizagem 1, sugere-se a leitura do capítulo 1 sobre o nascimento da Filosofia. O livro traz verbetes e capítulos relacionados aos temas da Situação de Aprendizagem 2. Para preparo das aulas da Situação de Aprendizagem 3, a leitura do capítulo 4, intitulado “Platão e o nascimento da razão ocidental”, pode ser de grande ajuda.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano – a essência das religiões*. Tradução Rogério

Fernandes. Lisboa: Edição Livros do Brasil, s.d. Livro fundamental para o estudo de ritos de iniciação em diversas culturas. Permite aprofundar a compreensão sobre a diferença e a aproximação entre discurso mitológico e discurso filosófico.

HAMILTON, Edith. *A mitologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983. Este livro traz as narrativas mais conhecidas no Ocidente do conjunto da mitologia grega, com informações sobre traduções e contextos das divulgações das narrativas. Apresenta ainda um capítulo sobre mitologia nórdica.

HUISMAN, Denis. *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Traz informações sobre inúmeros filósofos, inclusive os estudados nas últimas Situações de Aprendizagem.

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. Referência para estudos da Filosofia Grega Antiga e para o aprofundamento da origem da filosofia.

PISSARRA, Maria Constança Peres. *Rousseau: a política como exercício pedagógico*. São Paulo: Moderna, 2006. Trata-se de obra paradigmática com enfoque predominantemente pedagógico, com uma boa contextualização histórica do autor e de seu pensamento e, ao final, reunindo inúmeros excertos que podem ser úteis ao preparo das aulas ou para a ampliação do conhecimento sobre ele.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Nos livros III e IV, Platão desenvolve os temas aqui apresentados, dos quais foram extraídos os excertos que reproduzimos.

ROUSSEAU, J.-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Pensadores).

Traz o texto na íntegra, incluindo a Advertência sobre as notas, a dedicatória À República de Genebra e as próprias Notas do autor. Acompanha, ainda, esta edição introdução ao texto do Discurso e outra às Notas, ambas de Paul Arbousse-Bastide. Outra edição desta obra pode ser encontrada em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2284>. Acesso em: 26 dez. 2008.

_____. *Do contrato social*. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Os Pensadores). Este texto foi menos utilizado que o anterior, mas a sua retomada é importante para a compreensão da solução dada por Rousseau ao problema da desigualdade e às questões por ele mesmo levantadas, como a de como conciliar obediência à lei com liberdade individual. Outra edição desta obra pode ser encontrada em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv00014a.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2009.

Sites

Domínio Público. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2008. Neste *site*, são encontrados textos filosóficos na íntegra, em busca por autor ou por nome da obra.

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Disponível em: <www.unifem.org.br>. Acesso em: 27 fev. 2009.

Jangada Brasil. Disponível em: <<http://www.jangadabrasil.com.br>>. Acesso em: 26 dez. 2008. Site para pesquisas de mitos brasileiros.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/spmulheres/>. Acesso em: 27 fev. 2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: < www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2009.

Recomendamos a busca por: *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3. ed. Análise preliminar dos dados. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf>. Trata-se de documento sintético, rico em dados que auxiliam significativamente a visualização da desigualdade no Brasil, sobretudo no que se refere a gênero e etnia.

Considerações finais

Nesta Situação de Aprendizagem enfatizamos a perspectiva de Rousseau sobre o problema da desigualdade social e como ele procura superá-la através da teoria do contrato social, fundado nas noções de alienação total e vontade geral. Esperamos que os alunos tenham compreendido as principais teses do autor e as diferenças que ele guarda em relação a Platão e que, ao término deste estudo introdutório, sintam-se mais instrumentados para se posicionar criticamente em relação à desigualdade social no Brasil.